

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Daniela Santos Silva

SÍTIO ALTO: ENTRE DANÇA, HISTÓRIA E ETNICIDADE

São Cristóvão

2017

Daniela Santos Silva

SÍTIO ALTO: ENTRE DANÇA, HISTÓRIA E ETNICIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

São Cristóvão

2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Silva, Daniela Santos
S586s Sítio Alto : entre dança, história e etnicidade / Daniela Santos
Silva ; orientador Paulo Sérgio da Costa Neves. – São Cristóvão,
2017.
109 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2017.

1. Sociologia. 2. Identidade social. 3. Etnicismo. 4.
Quilombolas - Sergipe. 5. Memória coletiva. I. Neves, Paulo Sérgio
da Costa, orient. II. Título.

CDU 316.347 (813.7)

Daniela Santos Silva

SÍTIO ALTO: ENTRE DANÇA, HISTÓRIA E ETNICIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

Aprovado em 31/08/2017

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

Orientador

Universidade Federal de Sergipe.

Profº Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe

Profº Dr. Petrônio José Domingues

Universidade Federal de Sergipe

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que sempre guiou meus passos, deu-me paz, saúde e sabedoria para traçar metas e objetivos em minha vida, assim como coragem para percorrer os caminhos necessários para chegar até aqui.

Aos meus pais, que, de forma singular, são dádivas em minha vida. Sou grata, em especial, a minha mãe, Maria Creuza, a qual sempre se sacrificou por mim e que, em todos os momentos de minha vida, esteve presente, incentivando-me e apoiando na construção deste trabalho e em tudo que planejo realizar.

Aos meus irmãos e, principalmente, às minhas irmãs Sandra e Rosânia, pela atenção e proteção dada a mim durante toda a minha vida.

Ao professor Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves, pela orientação, paciência desde o começo até o último instante e por ter me mostrado os caminhos do amadurecimento e contribuído com o conhecimento necessário.

Aos professores do PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Ao amigo e colega historiador Edson Peixoto, pelas palavras de incentivo na hora certa.

A minha filha, Erika Larissa, pela paciência em meus momentos de isolamento e pelas minhas ausências necessárias durante os anos de estudo.

Ao meu companheiro, Leandro Santana, pela atenção, espiritualidade e palavras de incentivo, além da paciência em diversos momentos.

As colegas de trabalho, meu eterno professor Geraldo Henrique Prata, Valter Euda, Matheus Santos, Cassiano Celestino, que sempre buscaram me motivar nesta pesquisa.

A Alizete dos Santos, minha amiga e eterna companheira de trabalho desde os tempos do MOVA- Brasil que sempre me motivou através de seu exemplo a seguir na carreira acadêmica.

Aos moradores da Comunidade Sítio Alto, os quais compartilharam comigo seus saberes e fazeres necessários ao desenvolvimento deste estudo.

RESUMO

O presente trabalho tem como foco analítico o processo de reconhecimento da comunidade Sítio Alto como remanescente quilombola. O objetivo é desenvolver uma análise de como a comunidade em questão tem construído sua identidade étnica através da memória e da dança de roda. Neste sentido, procura-se compreender como a questão étnica vem sendo difundida e socialmente construída entre os moradores de Sítio Alto, nos últimos cinco anos. Nesse mesmo cenário, busca-se analisar a trajetória da comunidade, sua luta pelo reconhecimento como remanescente quilombola e pela certificação do território, tendo como pano de fundo o fato de que todo esse processo abre a possibilidade de ativar direitos em relação às políticas públicas mantidas pelo Estado voltadas às comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Identidade Étnica, Etnicidade, Memória.

ABSTRACT

The present work has as analytical focus the process of recognition of the Sítio Alto community as a remaining quilombola. The goal is to develop an analysis of how the community in question has built its ethnic identity through memory and wheel dancing. In this sense, I try to understand how the ethnic issue has been diffused and socially constructed among the residents of Sítio Alto in the last five years. In this same scenario, the community's trajectory and its struggle for the recognition and certification of the territory as remaining quilombola are questioned, truz endowed with rights in relation to the public policies undertaken by the State in this category.

Keywords: Ethnic identity, Ethnicity, Memory

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCRQ - Articulação Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

ASA - Articulação do Semiárido

CONAQ - Coordenação Nacional dos Quilombos

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

ENDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FCP - Fundação Cultural Palmares

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento de Trabalhadores Sem Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PBQ - Programa Brasil Quilombola

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SASAC - Sociedade de Apoio Sócio Cultural e Ambientalista

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SIPRA - Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Quadro comparativo de certificações de comunidades de 2004 a 2017

Figura 02: Participação de Dona Josefa em movimentos

Figura 03: Participação de Dona Josefa em evento nacional

Figura 04: Componentes da Dança de Roda do Sítio Alto

Figura 05: Inserindo a Dança de roda na prática escolar

Figura 06: Lançamento do documentário: O Sítio é Alto, mas a dança é de roda

Figura 07: Apresentação da dança de roda na inauguração da UBS

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Mapa de localização da comunidade Sítio Alto

LISTA DE TABELAS

Quadro 1: Comunidades com processos abertos no estado de Sergipe pelo INCRA

Quadro 2: Comunidades remanescentes de quilombos certificadas em Sergipe de 2004 a 2012

Quadro 03: Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS) atualizadas até a Portaria nº 194/2017, publicada no DOU de 04/07/2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
OBJETO DE PESQUISA	14
ETAPAS DA PESQUISA	15
SOBRE O CONCEITO DE ETNICIDADE	19
1. CAPÍTULO - A questão quilombola no cenário político brasileiro.....	21
1.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO QUILOMBOLA	22
1.2 COMUNIDADES REMANESCENTES E A LEGISLAÇÃO	26
1.3 O CENÁRIO POLÍTICO.....	30
1.1 QUILOMBOLAS EM SERGIPE	33
2. CAPÍTULO - A memória como forma de reinvenção da identidade.....	40
2.1 A MEMÓRIA: CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES.....	40
2.2 IDENTIDADE ÉTNICA E MEMÓRIA.....	44
3. CAPÍTULO – Sítio Alto: memórias e trajetórias.....	50
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS: SITUANDO O SÍTIO ALTO.....	50
3.2 REGISTROS DE VISITAS REALIZADAS NA COMUNIDADE.....	56
3.3 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO SÍTIO ALTO	60
3.4 LAÇOS E TERRITORIALIDADE	65
3.5. DONA JOSEFA E A DANÇA DE RODA	68
3.6 MANIFESTAÇÕES E PRÁTICAS CULTURAIS NA COMUNIDADE	74
3.7 A RELIGIOSIDADE	80
3.8 O EMPODERAMENTO DAS MULHERES.....	82
3.9 DE COMUNIDADE EXCLUÍDA A COMUNIDADE RECONHECIDA COMO REMANESCENTE QUILOMBOLA.....	86
3.9.1 Preservando a identidade local e as memórias do Sítio Alto.....	91
3.9.2 MST X Moradores do Sítio Alto	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	104

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem crescido significativamente a discussão acerca da questão quilombola sob variados aspectos. Da mesma forma, tem sido fomentada a realização de pesquisa de comunidades que se autointitulam remanescentes quilombolas em vários lugares do país. Ao mesmo tempo, as políticas públicas de reparo social contribuíram para mudanças na forma como estas comunidades se organizaram e estabeleceram relações com o Estado.

As comunidades negras rurais de ontem e as comunidades remanescentes de quilombo de hoje formam parte da chamada questão agrária brasileira. Tema este que gera discussões em vários setores da sociedade e que é palco de disputa no âmbito social e político brasileiro.

A instituição do direito à terra e ao território para essas comunidades é resultado de um processo de luta política, bem como de conquistas e reivindicações dos movimentos negros organizados no Brasil. No cenário político de 1980, o movimento negro começou a atuar junto às comunidades negras rurais nas regiões Norte e Nordeste. Nesse momento histórico, vivia-se no Brasil uma conjuntura política de resgate e valorização da história do negro, o que fez possível a instituição do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, no qual os chamados remanescentes das comunidades quilombolas foram formalizados, ganhando a partir daí uma conotação diferenciada em relação à forma como se compreendia o conceito de quilombo e seus remanescentes até então.

Com a Constituição Federal o quilombo foi reinterpretado, não como um fenômeno remetido a um passado histórico distante, senão sendo reinterpretado para entender uma realidade presente na estrutura agrária brasileira. O termo quilombo pensado tradicionalmente enquanto grupo de escravos fugidos passou a ser atribuído a grupos étnicos que se auto identificaram enquanto remanescentes de quilombos. O artigo constitucional que garantiu o direito à terra aos remanescentes de quilombos, segundo O' Dwyer (2002), passou a ser entendido como um direito conferido a grupos sociais que existem no presente, não a um sujeito social que ficou no passado escravista.

Neste cenário, no interior de Sergipe, surge como comunidade remanescente a comunidade rural negra Sítio Alto, localizada no município de Simão Dias, em 2014, através do processo de autorreconhecimento dos moradores da comunidade e certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, através de discussões realizadas a partir da Associação de

moradores local, tendo sido estimulado pela atuação do Projeto Mova-Brasil, projeto de alfabetização de jovens e adultos que atuou na comunidade entre os anos 2011 e 2013. Transitando entre as memórias do passado e as incertezas do presente, reivindicando suas heranças étnicas e culturais como base para ter jus ao reconhecimento como quilombola e aos direitos associados a esse estatuto, os moradores do Sítio Alto passaram a vivenciar uma realidade diferente da qual estavam acostumados antes de conseguirem o reconhecimento pela Fundação Palmares.

Considerando as legislações que versam sobre a questão quilombola e na busca de entender o processo de resistência e afirmação cultural, social e política da identidade negra, é que se busca analisar o processo de construção do território e da identidade étnica da Comunidade Sítio Alto, tendo como base os relatos orais e as observações registradas durante visitas realizadas no período compreendido entre os anos de 2015 e 2017.

OBJETO DE PESQUISA

Autorreconhecer-se como algo nem sempre requer compreender o que significa esse algo em sua totalidade, ou saber identificar conceitos linguísticos e científicos atrelados a algo que a pessoa entende ser. O sítio Alto, comunidade relegada ao ostracismo do município do qual faz parte, durante muito tempo manteve-se fechado à realidade que o cercava, às transformações e inovações trazidas pelo advento da modernidade. Foi apenas quando desponta como a única comunidade remanescente quilombola local que começou a atrair visitantes e programas sociais do Governo Federal e Municipal, os quais passaram a atuar de forma efetiva na localidade.

Compreender o desenvolvimento desse processo requereu a realização de entrevistas, visitas e observações diretas do grupo, o que levou ao seguinte objeto de pesquisa: a construção do território e da identidade étnica da comunidade Sítio Alto.

Nesse sentido, constituem-se como objetivos deste estudo: a) analisar em que medida o processo de autoidentificação se configura como uma prática cultural e política, geradora de

identidade e de estratégias; b) examinar as dificuldades, os desafios e as conquistas decorrentes da aplicação da legislação quilombola, no decorrer do processo de autorreconhecimento por parte da comunidade e c) interpretar, a partir dos relatos dos idosos e demais moradores, as vinculações políticas e culturais provenientes da nova realidade vivenciada pela comunidade.

ETAPAS DA PESQUISA

Para realização da pesquisa foram utilizadas como ferramentas metodológicas:

1) História social da comunidade Sítio Alto e o mapeamento dos seus moradores, considerando alguns aspectos como etnia, cor, escolaridade, renda. Tais informações foram extraídas através dos bancos de dados das Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação do Município de Simão Dias.

2) Visitas a campo, fazendo uso da observação participante, que permitiu conhecer melhor o cotidiano da comunidade e a forma como seus moradores lidam com a sua situação atual de autodeclarados como remanescentes.

3) Realização de entrevistas com moradores mais antigos e jovens e pessoas envolvidas no processo de luta da comunidade, buscando, através do uso da memória, perceber a trajetória histórica dos moradores e da comunidade.

4) Acompanhamento de reuniões na Associação de moradores da comunidade e eventos realizados por diversas instituições que envolviam a Comunidade Sítio Alto.

Foi presenciada uma ampliação de comunidades rurais negras que passaram a reivindicar perante o Estado o título de comunidade remanescente quilombola. O artigo 68 da Constituição Federal determina a regularização territorial das comunidades quilombolas e protege suas culturas. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (CF 1988/Art.68 do ADCT).

O Decreto Federal Nº 4.8878 regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras em que há a ocupação por parte de remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo o INCRA o órgão responsável na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos de terras estaduais. O Art. 2º de tal Decreto determina:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins desde Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

No Art. 9 do referido Decreto é definido que

“[...] a identificação dos limites das terras das comunidades é feita a partir da avaliação conjunta das indicações da própria comunidade e de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, constituindo na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade” (BRASIL, 2003).

A partir do Decreto 4887, ao eleger o INCRA como órgão responsável por colocar em prática o artigo 68 do ADCT, a questão quilombola passa a ser atrelada à questão de terras, o que, no caso da comunidade Sítio Alto, trata-se de discussão em andamento, não sendo esgotada nesta dissertação.

Antes de se discutir na comunidade a questão do autorreconhecimento como remanescentes de uma identidade quilombola, alguns moradores já possuíam pequenas faixas de terra para plantio de subsistência, apesar de esta ser escassa, visto que a comunidade foi formada no alto de uma serra com pouca dimensão territorial, fazendo divisa com a fazenda Rio dos Negros e com o assentamento Oito de Outubro.

Mesmo sem documentos, a questão da terra não era algo colocado como prioritário pelo grupo, em razão de que não havia um campo de disputa pelas terras locais. Porém, recentemente os moradores começaram a utilizar a memória coletiva para comprovar que suas primeiras moradias estavam localizadas em terras de propriedade de um fazendeiro que faz divisa com as

terras da comunidade Sítio Alto, assim como parte do território que hoje pertence ao assentamento Oito de Outubro¹.

Neste caso, o que antes não aparecia disputa central passa a sê-lo. Como consequência das possibilidades abertas pela legislação vigente no que trata sobre as comunidades remanescentes, a reivindicação de um território se torna um item das reivindicações do grupo.

Arruti (2008, p. 8) considera que os estudos de Gusmão (1979) e Bandeira (1988) foram trabalhos na perspectiva da etnicidade que contribuíram para a atual compreensão das comunidades remanescentes quilombolas, trazendo novas discussões que permitiram perceber as comunidades remanescentes quilombolas a partir de sua realidade e de seus múltiplos contextos.

São inúmeras as pesquisas nos últimos anos que giram em torno desta temática e que vêm contribuindo para o entendimento de aspectos como a cultura, identidade, formação histórica e aspectos sociais de comunidades espalhadas por todo o país. Barcellos (2004) realizou pesquisa na comunidade de Morro Alto, situada no Rio Grande do Sul, junto a outros colaboradores e traçou a trajetória histórica e a luta pelo reconhecimento como comunidade quilombola por parte de seus moradores. Este trabalho contribui nas discussões sobre formação das comunidades remanescentes e como os que reivindicam a identidade quilombola (re)constroem seus discursos a partir da memória.

Santana (2008) conta um pouco sobre a trajetória da comunidade Mussuca, localizada no Município de Laranjeiras (SE). Em seu trabalho apresenta os aspectos materiais e simbólicos e o território da Mussuca, cuja memória da escravidão é atipicamente negada pela comunidade. Nesse caso em específico os aspectos materiais que evidenciam sua trajetória falam mais alto que a memória negada pelos moradores da localidade. Já os estudos de Bonfim (2012), também realizados na comunidade Mussuca, discutem sobre o processo de construção da identidade étnica a partir do grupo social do São Gonçalo, que é uma manifestação cultural presente entre os moradores da comunidade. Este último trabalho também aborda sobre os agentes internos e externos que participaram em diferentes contextos da trajetória do grupo.

¹ Projeto de Assentamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores sem-terra (MST) criado em 1987.

Véran (1998) realizou um estudo sobre a comunidade de Rio das Rãs e por meio da memória dos moradores buscou reconstruir a história da comunidade associada à sua luta pelo território e as contradições dos moradores em relação à identidade étnica local e suas memórias.

Em Sergipe tem crescido o número de estudos sobre as comunidades remanescentes quilombolas e sobre o movimento negro no Estado, sendo várias as dissertações e teses que vêm sendo produzidas nos últimos anos. Arruti (1997), em Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola, aborda sobre a luta pelo reconhecimento da comunidade Mocambo no interior de Sergipe e contribui para a compreensão das novas dimensões que ganham o termo remanescente quilombola após a promulgação da Constituição Federal, em seu artigo 68.

Arruti (2008) elucida que o processo de ressignificação do quilombo passa por três perspectivas. Em primeiro lugar, apresenta as comunidades negras como sendo sinônimo da resistência cultural, reproduzindo em terras brasileiras elementos da organização social e da estrutura de poder dos africanos. A segunda atrela à comunidade remanescente quilombola a questão da resistência política, na qual questões relacionadas à discussão sobre oprimidos x opressores, classes populares e ordem dominante aparecem com maior destaque. E, em terceiro, a ideia de perceber a comunidade como espaço de resistência negra e em alguns casos relacionados à comunidade negra rural está a disputa de terras como se fosse algo condicionado.

Entender os caminhos que levam à influência/interferência de agentes externos na comunidade que se autorreconhece como remanescente quilombola, a exemplo de órgãos públicos, como as secretarias municipais e entidades não governamentais, pode vir a possibilitar a compreensão melhor de questões ligadas à identidade étnica, percebendo as alterações sofridas a partir da atuação destes agentes externos na realidade da comunidade.

É importante perceber a relação que a comunidade estabelece com ela mesma, como esta se enxerga dentro do processo de reconhecimento. Este trabalho trouxe alguns questionamentos: De que forma a reivindicação de identidade quilombola por parte da comunidade Sítio Alto está associada à necessidade de adquirir vantagens relacionadas às políticas públicas específicas às comunidades remanescentes quilombolas? Como vem sendo construída a noção de etnicidade entre os moradores de gerações diversas da comunidade?

Deve-se analisar o quanto a naturalização dos termos quilombos e comunidades quilombolas associados às comunidades rurais tem estado presente na vida cotidiana dessas

peessoas. Será que a política pública afirmativa que trata sobre as comunidades quilombolas têm atuado de maneira eficaz nessas realidades?

SOBRE O CONCEITO DE ETNICIDADE

Estudos sobre o conceito de etnicidade foram realizados a partir das contribuições de Barth (1998), que propõe pensar que as categorias de identificação, como a memória coletiva, o grupo étnico não são características primárias e fundamentais de um grupo, mas sim resultados, implicações do processo de construção e de reconstrução sucessivas desse grupo através da sua história.

Barth (1998) considera que o conceito de etnicidade tem relação com o sentido organizacional dos grupos étnicos, que, por sua vez, são entendidos como categorias de atribuição e identificação realizada pelos próprios atores que compartilham valores culturais fundamentais. O mesmo autor discute também sobre a questão das fronteiras étnicas afirmando que estas representam jogos de interesse, em que entram em disputa códigos e diferenças culturais significantes para a comunidade. Continuar estudos sobre comunidades negras rurais que se autoidentificam como quilombolas nesse sentido é importante.

Manuela Carneiro Cunha (1986), ao discutir sobre a ideia antropológica da identificação de um grupo étnico, pensa a etnicidade em situação e a considera como uma forma de organização política, o que tem levado a considerar a cultura como algo constantemente reelaborado e a afirmação étnica como uma importante forma de protesto político. Em seus estudos aponta a etnicidade como sendo um discurso político que organiza as relações, estabelecendo as diferenças em contraposição ao discurso de unificação de identidade empreendido, sobretudo, pelo Estado.²

² BARTH e CUNHA defendem a ideia de que a etnicidade é um dado negociável, com limites que podem ser ultrapassados sem significar a anulação de um determinado grupo. São antes de tudo uma forma de perpetuação dos mesmos. BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne.

Cardoso de Oliveira (1976) desenvolve a noção de fricção interétnica e o conceito de identidade contrastiva como elemento-chave da identidade étnica, para ele a identidade é construída em oposição ao outro, a partir da experiência de contato de um grupo com outro. Segundo ele, a identidade étnica afirma-se com uma postura etnocêntrica em relação ao outro, que funciona comprovando empiricamente o fenômeno emergente. Nesse sentido, tem-se que pensar a identidade étnica levando em consideração a situação social e política, os atores envolvidos e seus respectivos interesses.

O texto encontra-se estruturado em três capítulos, o primeiro capítulo, intitulado “*A questão quilombola no Brasil atual*”, visa traçar uma discussão em torno da legislação que atua na questão quilombola e suas alterações a partir das mudanças vivenciadas no cenário político nacional, analisando a conjuntura social e política e seus desdobramentos em relação às comunidades tradicionais.

O segundo capítulo, intitulado “*A memória como forma de reinvenção da identidade*”, discute sobre a importância da memória na construção da identidade étnica, trazendo alguns conceitos sobre memória, identidade e etnicidade, buscando compreender a lógica da resignificação da identidade por parte dos moradores do Sítio Alto.

O terceiro e último capítulo, “*A formação da identidade étnica no Sítio Alto*”, analisará os caminhos percorridos pelos moradores do Sítio Alto durante sua trajetória e processo de autorreconhecimento como comunidade remanescente quilombola, refletindo sobre as transformações ocorridas na comunidade e na forma como se insere no contexto de lutas do movimento negro e agrário em Sergipe.

1. CAPÍTULO - A questão quilombola no cenário político brasileiro

“Nem toda mudança é crescimento; nem todo movimento é para frente”.

Ellen Glasgow

Nos últimos dez anos, no que diz respeito ao tratamento da temática racial, têm ocorrido no Brasil mudanças significativas que estão produzindo um intenso debate na sociedade em geral, e no meio acadêmico em particular, tal crescimento se deve ao fato de que, no período de tempo mencionado, houve avanços nesta área, de modo a ocasionar mudanças do ponto de vista social no país.

Comunidades se autorreconheceram como remanescentes quilombolas, destas, muitas conquistaram legalmente o direito à terra e passaram a fazer parte das políticas públicas de ações afirmativas que existiam no país até o ano de 2016. Nesse aspecto, é possível perceber avanços em infraestrutura das comunidades, ampliação do acesso ao Programa Bolsa Família, ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), entre outros.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes possibilitou que avanços em relação ao reconhecimento de direitos indígenas e comunidades tradicionais acontecessem no Brasil. Isso garantiu direitos no âmbito social, econômico e cultural e constitui-se como documento internacional mais discutido e atualizado que trata sobre o respeito às condições e modos de viver de povos tradicionais.

A Convenção entrou em vigor internacional em 5 de setembro de 1991, e, para o Brasil, em 25 de julho de 2003, nos termos de seu art. 38:

DECRETA:

Art. 1º A Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Assim sendo, a Convenção 169 foi incorporada à Constituição Federal de 1988 e aprovada pelo Congresso Nacional em 2002, de maneira que passou a entrar em vigor via Decreto Nº 5.051, de 2004. Em suma, a convenção 169 busca assegurar aos povos indígenas e comunidades tradicionais o princípio de Igualdade de tratamento e de oportunidades sem obstáculo ou discriminação, sendo garantidas as mesmas condições que são dadas aos demais povos.

Analisando a Convenção 169 da OIT, nota-se a sensibilidade em tratar as questões das comunidades tradicionais, levando-se em consideração a existência de grupos identitários, possuidores de características próprias, assim havendo a necessidade de sua preservação e continuidade.

Comunidades tradicionais são grupos “cuja condições sociais, econômicas e culturais os distinguem de outros setores da comunidade nacional” (OIT, 1989, art. 1º, alínea “a”), sendo-lhes destinados direitos específicos. A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais nos países independentes reconhece como critério fundamental para o enquadramento na categoria os elementos de auto identificação, ou seja, o que o grupo diz de si mesmo. O que se leva em consideração é a consciência de sua identidade indígena ou tribal (OIT, 1989).

Entende-se, nesse contexto, que cabe aos povos tradicionais e indígenas se autorreconhecerem para serem legitimados e passarem a ser dotados de direitos. Essa definição de se autorreconhecer é um avanço significativo no trato a estes povos, garantido a estes a permanência em seus locais de origem e possibilitando no campo jurídico respeito aos direitos adquiridos.

1.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO QUILOMBOLA

A palavra quilombo é originária do idioma africano *quimbundo*, que significa “sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos desenraizados de suas comunidades. Atualmente o termo quilombo refere-se a uma categoria jurídica utilizada para designar a situação de comunidades negras que se encontram em diferentes regiões e

condições. A palavra Kilombo é de matriz africana, que se relaciona a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, principalmente na República Democrática do Congo (Zaire) e Angola (MUNANGA, 1996). Seja na África, seja no Brasil, a partir do século XVI e, em Sergipe, o quilombo está associado à reação contra o que impede seu direito humano básico: a liberdade.

Ao mencionar o nome Quilombo, surge para muitos a imagem de um local habitado apenas por negros e associados aos escravos fugitivos das fazendas no período da escravidão. Mas o fato é que nem sempre as comunidades remanescentes quilombolas apresentam tais características. Como todo grupo, os remanescentes quilombolas estão sujeitos a transformações. Tiveram a possibilidade de construir suas trajetórias, formando suas identidades diversas, seja étnica ou cultural e a partir de suas experiências reproduzem o passado de seus ancestrais.

A luta pelo processo de reconhecimento e titulação de territórios remanescentes quilombolas não é fácil, passa por várias etapas, que levam um tempo imprevisível até gerar um resultado, que é o Documento de Titulação, devido à investigação que deve ser realizada acompanhada de suas comprovações para se obter o reconhecimento.

Os grupos remanescentes de quilombo que são descendentes de escravos e que são constituídos de forma predominante por população negra podem dar início ao processo de reconhecimento perante o órgão competente. É importante ressaltar que a identidade étnica não se limita a traços biológicos, como a cor da pele, estando atrelada a autoidentificação do grupo.

Para Paulo Neves (2016), a partir da década de 1990 cresce substancialmente o número de comunidades rurais reivindicando-se como remanescentes de quilombos. Para o autor, isso é consequência de uma realidade agrária marcada por um histórico de desigualdades no acesso à terra, onde as expropriações, grilagens e conflitos armados sempre estiveram presentes. Além disso, é também fruto da percepção da parte de diversas comunidades de que a via pelo reconhecimento enquanto comunidade quilombola seria mais fácil que pela via de mobilizações de ocupação de terras. E, por fim, é resultado da existência de memórias sociais passíveis de serem agenciadas de forma a constituírem as bases de uma reivindicação étnica constitutiva da identidade de comunidades quilombolas.

Vale destacar que pelo fato de as comunidades quilombolas no Brasil terem de realizar um longo processo de luta para garantir o direito de posse da terra, há a necessidade de se

reforçar a identidade étnica e cultural local em relação a seus ancestrais. Pois, observa-se que é necessária a valorização da identidade quilombola para garantir o direito estabelecido pela constituição. Gusmão (1998), sobre identidade e territorialidade, diz que:

Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Estes dois conceitos são fundamentais e estão sempre inter-relacionados no caso das comunidades negras rurais, pois "a presença e o interesse de brancos e negros sobre um mesmo espaço físico e social revela, no dizer de Bandeira, aspectos encobertos das relações raciais" (GUSMÃO, 1998).

Entende-se, portanto, que o quilombo pode ser analisado sob a visão de que se constitui a partir de uma identidade coletiva, muitas vezes camponesa, e que seu reconhecimento está relacionado diretamente ao compartilhamento de um território pela população local que compartilha também de uma mesma identidade.

Alguns antropólogos consideram que a noção de remanescência está atrelada a um princípio étnico de organização refletindo numa pluralidade cultural. O panorama social vivenciado pela população do Sítio Alto é cercado de situações nas quais os moradores da comunidade eram excluídos pela sociedade, onde havia a cultura de minimizá-los ou simplesmente esquecê-los à própria sorte. Há uma década, eram poucos moradores que desciam a serra para darem continuidade aos estudos por meio do Ensino Fundamental e Médio, tal fato deve-se principalmente a esse sentimento de não pertencimento à sociedade simaodiense, pois, quando esses indivíduos eram vistos pela cidade, segundo algumas fontes, eram tratados de forma diferente, inferior, por serem negros e também pela sua origem.

Nesse aspecto, Elias (2000) diz que:

Afixar o rótulo de 'valor humano inferior' a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24).

O conceito de outsider se aplica ao contexto do Sítio Alto, que significa assumir-se como não digno de integrar o grupo dos "melhores", assim como aceitar o estigma que lhe é destinado.

Vale ressaltar que o campo de disputa entre vários setores da sociedade está bastante presente e, nessa disputa, as minorias são os grupos que mais possuem prejuízos.

Para conquistar o direito de posse de terra e a titulação de comunidade renascente quilombola, há a necessidade de percorrer um longo caminho, e entre os critérios estabelecidos está a identidade étnica e cultural local em relação a seus ancestrais.

Para Neves (2016), o direito à terra das comunidades rurais remanescentes de quilombos ensejou um movimento importante de comunidades rurais que, ao preservar uma identidade étnica marcada por valores afro-brasileiros, verão na legislação a possibilidade de obter a legalização da posse de suas terras com base na ancestralidade negra. O dispositivo constitucional vai ser fundamental na recuperação e na reivindicação de uma etnicidade negra, pautada em uma ancestralidade tida como perdida.

Tomando conhecimento de direitos garantidos pelo Estado, grupos são levados a organizar seus símbolos culturais, lançando mão de sua identidade étnica a reivindicar seus direitos.

A cultura original de um grupo étnico, na disporá ou em situações de muito contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acrescente a outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subentende, a do contraste, determina vários aspectos (CARNEIRO DA CUNHA, 196, p. 99).

A cultura nesse sentido pode ser entendida como algo adquirido, socialmente construído. Sítio Alto até pouco tempo atrás poderia ser considerada como uma comunidade rural negra, que devido a sua localização em relação ao município e ao abandono pelo poder público, carecia de muitos benefícios sociais.

Ao que parecia, antes não havia tantos elementos culturais que o distinguissem das demais comunidades rurais do município, com a exceção de uma manifestação cultural local, que é a dança de roda difundida entre alguns jovens e idosos da comunidade. Porém após a comunidade perceber sua trajetória histórica enquanto herdeiros de uma tradição étnica, talvez esse cenário tenha sido modificado um pouco. Percebe-se um novo discurso, o do remanescente.

Os jovens moradores da comunidade Sítio Alto não demonstram aparentemente um vínculo muito forte com o que seria sua herança cultural, com exceção dos que participam das

atividades culturais presentes na comunidade, a exemplo da dança de roda e do reisado recém-reconstituído pelos moradores.

1.2 COMUNIDADES REMANESCENTES E A LEGISLAÇÃO

A Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, já expressava que os indígenas e quilombolas negros são portadores de direitos específicos (artigos 231, 232 e 68 do ADCT). Em relação às comunidades quilombolas, o texto determina que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Apesar de a redação da Constituição ser clara em relação aos direitos dos povos tradicionais, o caminho percorrido para aquisição de tal direito exigia por parte das comunidades tradicionais conhecimento sobre sua situação e sobre o que precisavam fazer para concretizar o que designa a lei.

A Constituição de 1988 legitima não somente os chamados “direitos coletivos”, mas, igualmente, a existência de grupos sociais vivendo em territórios que carregam particularidades, que os afastam da lógica da propriedade privada. Assim, a atribuição de direitos aos povos e comunidades tradicionais também passa a atravessar as então “comunidades negras rurais”, agora nomeadas como “quilombolas”.

Sendo entendível que cada país tem soberania para decidir quais os grupos amparados pela convenção 169, ratificada no Brasil, em 09 de junho de 2002, por meio do Decreto Legislativo nº 143, esse Decreto abriu caminho para que as comunidades remanescentes pudessem reivindicar seus direitos do ponto de vista legal, crescendo assim o número de comunidades que passaram a reivindicar o direito de posse das suas terras.

Tal forma de compreender os povos e as comunidades tradicionais permitiu de forma ampla que houvesse uma valorização do ponto de vista social e histórico desses grupos, de modo a criar novos espaços de discussão e novas conquistas.

As políticas públicas implantadas a partir de 2003 buscaram acompanhar o preceito constitucional: criou-se a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e, posteriormente, o Decreto Presidencial nº 4.887/03 procurou melhor definir o que, juridicamente, se considerava como comunidades remanescentes de quilombos.

Com o decreto de 2003, a autoidentificação passou a ser o critério principal para certificar uma comunidade na condição de quilombola. Essa reformulação nos procedimentos para a certificação das comunidades quilombolas foi bastante significativa, visto que até dezembro de 2003 o processo de reconhecimento era regulado pelo Decreto nº 3.912, de 10/09/2001, em que o Governo Federal exigia comprovação documental da descendência de escravos fugidos e da posse histórica ininterrupta sobre o território.

O enquadramento dos quilombolas na condição de comunidade tradicional também apontou para a necessidade de o Estado brasileiro implantar ações específicas voltadas para esse agrupamento social. Daí nasceu, em 2004, o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que tem como principais objetivos a garantia do acesso à terra; o desenvolvimento de ações de saúde e educação; a construção de moradias, a eletrificação; a recuperação ambiental; o incentivo ao desenvolvimento local; o pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como a Bolsa Família; e a adoção de medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas.

O documento de lançamento do PBQ também procurou mostrar como os valores da tradição estão presentes nas comunidades quilombolas. O texto enfatiza que o êxodo para os grandes centros é uma ameaça às comunidades e aponta para a relação entre terra e identidade: assim como acontece em relação aos povos indígenas, a terra para os quilombolas é mais do que um bem econômico. Terra e identidade, para essas comunidades, estão intimamente relacionadas. A partir da terra se constituem as relações sociais, econômicas, culturais e são transmitidos bens materiais e imateriais. A terra é o elemento fundamental e que singulariza o modo de viver e produzir das comunidades quilombolas (PBQ, 2004, p. 05-06).

O documento também considera que as comunidades quilombolas têm uma identidade étnica distinta do restante da sociedade brasileira. Nesse sentido, o PBQ assume o posicionamento da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para quem a categoria quilombo deve compreender todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução dos seus modos de vida característicos num determinado lugar cuja

identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados.

Nesse sentido, eles se constituem em “grupos étnicos”, isto é, configuram um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar aflições ou exclusão, cuja territorialidade é caracterizada pelo “uso comum”, pela “sazonalidade das atividades agrícolas, extrativistas e outras e por ocupação do espaço que teria por base os laços de parentesco e vizinhança acentuados em relação de solidariedade e reciprocidade (ASSUNÇÃO, 2009, p. 15).

Ao adotar a noção da terra como bem coletivo, a legislação desestabiliza o modelo social vigente, como expressa o texto do PBQ (BRASIL, 2004, p. 12): a luta contemporânea dos quilombolas pela implementação de seus direitos territoriais representa o reconhecimento do fracasso da realidade jurídica estabelecida pela “Lei das Terras”, que pretendeu moldar a sociedade brasileira na perspectiva da propriedade privada de terras. A noção de terra coletiva, tal quais são pensadas as terras de comunidades quilombolas, desestabiliza o modelo de sociedade baseado na propriedade privada como única forma de acesso e uso da terra.

A incorporação no Estado da perspectiva privada da terra exclui vários outros usos e relações com o território, tal como o dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Pelo PBQ, o Estado reconhece que a repressão aos quilombos aconteceu porque ali, longe das cidades, estava sendo desenvolvida uma experiência de liberdade que rompia com os parâmetros da sociedade escravocrata brasileira: além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura, pois continuaram a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade.

Outra iniciativa que corrobora as proposições da Convenção 169 e do PBQ é a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada através do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que tem como beneficiários grupos de seringueiros, fundos de pasto, quilombolas, faxinais, pescadores, ciganos, quebradeiras de babaçu, índios, caiçaras, dentre outros.

O Decreto nº 6.040 define em seu art. 3º os povos e comunidades tradicionais e territórios tradicionais da seguinte maneira:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts 231 e 232 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

III – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL/ DECRETO nº 6.040, 2007, p. 1)

Por meio do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Considerado como mais um avanço na política de reparo social às comunidades remanescentes quilombolas, o artigo 68 da ADCT, a Convenção 169 da OIT, o Decreto Presidencial nº 4.887/03, o PBQ e a PNPCT surgiram dentro de um contexto histórico em que os movimentos sociais ligados às comunidades tradicionais tiveram força para pressionar os organismos nacionais e internacionais no sentido de obter conquistas em benefício da coletividade. No Brasil muitas lideranças de organizações não governamentais (ONGs) assumiram cargos públicos, alguns até com status de ministério, e buscaram transformar reivindicações do movimento social em programas e ações de governo. Atualmente, uma série de ONGs realiza o trabalho de sensibilização, mobilização e organização das comunidades quilombolas tendo em vista o autorreconhecimento.

1.3 O CENÁRIO POLÍTICO

Desde a promulgação da Constituição de 1988 que a legislação direcionada à questão quilombola vem sofrendo alterações que de forma geral visaram atender às demandas do movimento negro, bem como as necessidades das comunidades e grupos rurais negros.

As denominadas comunidades remanescentes de quilombos assumiram uma identidade relativamente recente e constituem, hoje, grupos que expressam uma força social expressiva na estrutura agrária brasileira. Dando um novo significado, ao anteriormente conhecido e/ou denominado no meio acadêmico como comunidades negras rurais, terras de preto, terras de santo, dentre outras denominações e/ou variações locais (ARRUTI, 2006).

Historicamente, no Brasil, a questão étnico-racial era colocada de certa forma em último plano nas pautas de discussões dos governos até o início da década de 90, quando passasse a se discutir de forma mais crítica sobre o conceito de quilombo, deixando esse grupo de ser visto exclusivamente sobre o viés histórico, passando a ser compreendido em outras dimensões, como um grupo contextualizado.

Em 1996, o Governo Federal aprovou o Decreto 1.904, pelo qual instituiu o I Programa Nacional de Direitos Humanos (I PNDH, 1996) no qual destacava que o passado de escravidão negra no Brasil era um problema de ordem nacional, reconhecendo a escravidão e o tráfico de escravos como violação aos direitos humanos e crime contra a humanidade. A criação do Programa possibilitou o debate em torno da ideia de compensação e possibilidade de igualdade de oportunidades para os negros.

Em 2000, frente aos debates no âmbito nacional e internacional, foi organizado pelo Governo Brasileiro a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância. Em 2001 é criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, aumentando as discussões e debates em torno da ideia de igualdade racial e desenvolvimento étnico.

O debate sobre a discriminação racial e étnica a partir de 2001 cresceu nacionalmente, em especial a partir do Governo Lula, ganhando cada vez mais espaço nas pautas de discussões do Congresso Nacional e em órgãos Federais, possibilitando ao movimento negro conquistas no âmbito político e social. Houve a criação do Programa Brasil sem racismo em 2002 e, a

partir de 2003, essa questão passa a ser vista e tratada como “um desafio do ideário democrático”, como algo associado ao desenvolvimento econômico do país.

Durante o chamado Governo Lula, as medidas adotadas como caminho para o reparo social para com os negros estiveram pautadas na ideia de distribuição de renda e reconhecimento. É no governo Lula que é criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ) como parte de uma política nacional de igualdade racial. A partir da criação do PBQ, é possível perceber o Crescimento de comunidades reconhecidas como Remanescentes, assim como também ocorre o aumento da titulação de terras a esta categoria de povos tradicionais.

Em maio de 2016, após ocorrer o impeachment da Presidente Dilma, assumiu a Presidência da República o Vice-Presidente Michel Temer, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Este, ao assumir o governo, anunciou um pacote de reformas e de mudanças ministeriais, extinguindo alguns ministérios e fundindo outros. Nesse cenário a discussão sobre a questão quilombola deixou de ser tratada como prioridade de governo. Através da Medida Provisória nº 726, pôs fim a Seppir³, o que levou a incertezas em relação ao andamento dos processos de reconhecimento das comunidades quilombolas.

Tal medida, considerada como um retrocesso para os movimentos negros no país, ocasionou revoltas, além do congelamento de processos de reconhecimento e retração das políticas públicas de ações afirmativas que atendiam às comunidades remanescentes quilombolas.

O governo Michel Temer mandou suspender as titulações de territórios quilombolas até que o STF (Supremo Tribunal Federal) conclua o julgamento de uma ação sobre a legalidade do processo de demarcação. Segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 220 territórios já foram titulados, e outros 1.536 estão em processo de regularização.

Neste cenário, entra em discussão novamente a questão fundiária brasileira, e com a composição parlamentar da bancada ruralista no congresso nacional, a situação das comunidades quilombolas tendeu a se agravar.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) passou a coordenar reuniões nas comunidades remanescentes para se discutir a situação

³ Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

atual, pois antes era o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Agora, passou a ser atribuição do Ministério da Educação e Cultura, alertando para a grave situação criada por essas alterações e lembrando a urgência em defender os direitos quilombolas conquistados a partir da Constituição de 1988, regulamentados pelo Decreto nº 4887 de 2003.

O futuro do Programa Brasil Quilombola e as atribuições que eram da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Fundação Cultural Palmares e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, não ficam claros na Medida Provisória, gerando dúvidas sobre como se dará a regularização fundiária, a assistência técnica rural, a valorização da cultura quilombola, entre outras obrigações do Estado previstas na lei.

A Conaq divulgou nota a respeito dessas alterações criticando a designação do MEC para titular territórios e exige que o Incra volte a coordenar esse processo. Contesta ainda o fato de o MEC ter como titular um integrante do Partido Democratas (DEM), autor da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239 sobre o Decreto nº 4887/2003, que regula os procedimentos administrativos para o reconhecimento dos direitos constitucionais das comunidades quilombolas.

Para a Conaq, “promover o reconhecimento das comunidades quilombolas, a regularização fundiária, são algumas das obrigações previstas na lei e cabe ao governo atual fazer cumpri-las integralmente, sem retrocessos, já que são direitos garantidos pela Constituição Federal.”

Ao realizar cortes nesse setor, as condições socioeconômicas das comunidades beneficiárias do Programa Brasil Quilombola passaram a enfrentar sérios problemas. Em 2010, segundo informações do Portal do Orçamento, do governo federal, as ações que afetam diretamente as comunidades remanescentes de quilombos receberam financiamento de R\$32,6 milhões da União. O dinheiro seria para ações que promovam a cultura afro-brasileira, as comunidades tradicionais e o programa Brasil Quilombola. Outra ação prevista, a gestão da política de desenvolvimento agrário, em 2010, teve orçamento zero naquele ano.

O Programa Brasil Quilombola, quando foi criado, envolvia 23 ministérios e órgãos federais para garantir o acesso à terra e melhorar as condições de vida nas comunidades, entre outras ações. Faz parte do programa o atendimento das comunidades por programas sociais, como o Bolsa Família. A pesquisa do MDS, no entanto, indica que ainda existe dificuldade logística para acessar o programa de transferência de renda. De acordo com os dados, em 2011,

apenas 61% dos domicílios contavam com o Bolsa Família, sendo que outras três em cada dez casas eram ajudadas com cestas básicas distribuídas por diferentes entidades. Ao todo, 45% da população quilombola na época vivia com até 70 reais ao mês.

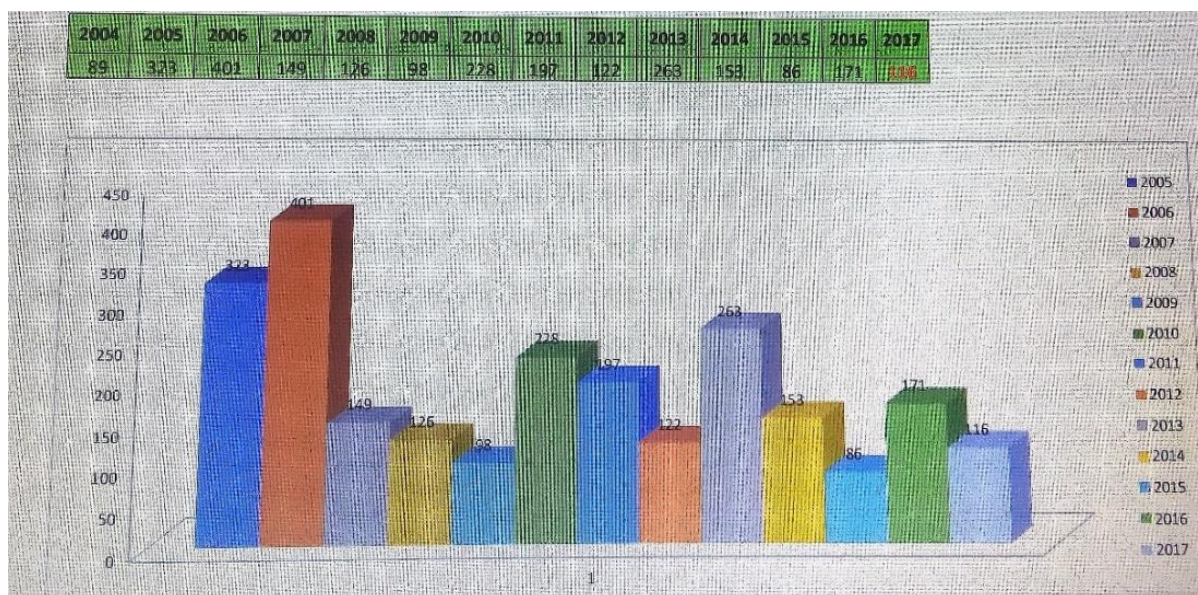


Figura 01: Quadro comparativo de Certificações de Comunidades de 2004 a 2017.

Fonte: Fundação Cultural Palmares, acesso em 18/07/2017.

1.1 QUILOMBOLAS EM SERGIPE

Em 2017 ocorreram alguns encontros para se discutir a questão quilombola em Sergipe, a exemplo da Mesa Estadual Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas de Sergipe, que contou com a participação de Lideranças e famílias de comunidades quilombolas de todo o Estado. Considerado como um espaço de debate, a mesa possibilita que as comunidades remanescentes possam dialogar com as instituições que integram o Programa Brasil Quilombola, apresentando suas demandas.

As famílias e lideranças presentes no evento também receberam informações sobre o andamento de processos na sede da autarquia, em Brasília (DF), e a implantação do “Sipra Quilombola”, além da garantia de recursos para o início da produção de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) para os territórios de mais duas comunidades.

Segundo dados do Incra, em Sergipe, estão cadastradas 5.438 famílias autorreconhecidas como remanescentes de quilombos. Ao todo, o estado possui 31 comunidades identificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Do total de comunidades, 15 possuem RTIDs publicados e outras cinco estão com o estudo em fase de elaboração.

Sergipe possui, ainda, quatro comunidades com territórios consolidados ou em fase de consolidação. Os territórios de Mocambo (no município de Porto da Folha), Lagoa dos Campinhos (em Amparo do São Francisco), Serra da Guia (em Poço Redondo) e Caraíbas (entre os municípios de Canhoba, Amparo do São Francisco, Aquidabã, Cedro de São João e Telha) já foram identificados, delimitados e receberam decretos da Presidência da República que os transformaram em áreas de interesse público.

Segundo dados do Incra, em Sergipe há 29 comunidades remanescentes quilombolas que se encontram com processos em andamento.

QUADRO 1 - COMUNIDADES COM PROCESSOS ABERTOS NO ESTADO DE SERGIPE PELO INCRA

Processos Titulação por UF: Sergipe	
Nome da Terra	Etapa do Processo
Alagamar	Certidão Fundação Cultural Palmares
Aningas	Processo aberto no Incra
Bairro Porto D'Áreia	Certidão Fundação Cultural Palmares
Bela Vista	Certidão Fundação Cultural Palmares
Bongue	Certidão Fundação Cultural Palmares
Brejão dos Negros	RTID publicado no diário oficial
Canta Galo (SE)	Certidão Fundação Cultural Palmares
Caraíbas e Adiacências (SE)	Portaria do presidente do Incra Diário Oficial

Castanhal	Processo aberto no Incra
Catuabo	RTID publicado no diário oficial
Curuanhã	RTID publicado no diário oficial
Desterro	RTID publicado no diário oficial
Forras	Certidão Fundação Cultural Palmares
Forte (SE)	RTID publicado no diário oficial
Ladeiras	Portaria do presidente do Incra Diário Oficial
Lagoa do Junco	Certidão Fundação Cultural Palmares
Lagoa dos Campinhos	Portaria do presidente do Incra diário oficial Diário
Luzienses	RTID publicado no diário oficial
Maloca	RTID em elaboração
Mocambo (Aquidabã - SE)	Certidão Fundação Cultural Palmares
Mocambo (SE)	Certidão Fundação Cultural Palmares
Mussuca	Certidão Fundação Cultural Palmares
Patioba	RTID publicado no diário oficial
Pirangi	Portaria do presidente do Incra Diário Oficial
Pontal da Barra	Portaria do presidente do Incra Diário Oficial
Santo Antônio e Canafistula	Certidão Fundação Cultural Palmares
Serra da Guia	Portaria do presidente do Incra Diário Oficial
Sítio Alto	Certidão Fundação Cultural Palmares
Terra Dura e Coqueiral	Certidão Fundação Cultural Palmares

Fonte: INCRA, acesso em 15 de fevereiro de 2017.

Como se pode observar no quadro acima, cada comunidade encontra-se numa etapa diferente do processo.

Em se tratando da Legislação Estadual Sergipana que versa sobre a questão quilombola, há a Lei 6.426, de 20 de junho de 2008, que altera e acrescenta dispositivos e um Anexo Único à Lei nº 2.435, de 30 de setembro de 1983, que dispõe sobre as terras devolutas do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas. A legislação Sergipana nesse aspecto acompanha o que diz a Constituição de 1988.

Há a Lei nº 5.497, de 23 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Conselho Estadual de Educação estabelecer e normatizar as Diretrizes Operacionais para a inclusão nos currículos da Educação Básica das Redes Pública e Particular do Estado de Sergipe

do ensino obrigatório da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", conforme a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e dá outras providências.

Percebe-se que não houve na última década a criação de leis estaduais que versassem exclusivamente sobre a questão fundiária relacionada às comunidades remanescentes em Sergipe, apesar do crescimento de comunidades que se autodeclararam nos últimos anos. Em Sergipe, houve, e ainda há, fortes embates relacionados à terra, onde comunidades precisam lutar para garantir o direito de posse sobre o território, a exemplo da comunidade de Brejão dos Negros, que foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo em julho de 2006 e até então mantém sua pauta de reivindicações.

Atualmente, no Estado de Sergipe, das 46 comunidades quilombolas, existem 29, certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e que iniciaram junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária o processo administrativo denominado “RTID” – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território – o qual garantirá, por meio da regularização fundiária, o acesso dessas comunidades a terra, principal requisito de reivindicação. Tal demanda está amparada na Constituição Federal (ADCT art. 68) a qual garante o acesso aos territórios reivindicados pelas comunidades tradicionais quilombolas.

QUADRO 2 - COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS CERTIFICADAS EM SERGIPE DE 2004 A 2012

MUNICÍPIO	COMUNIDADES
Amparo do São Francisco	Lagoa do Campinho
Aracaju	Maloca
Barra dos Coqueiros	Pontal da Barra
Brejo Grande	Brejão dos Negros
Canhoba	Caraíbas
Capela	Canta Galo
Capela	Fazenda Pirangi
Capela	Terra Dura e Coqueiral
Cumbe	Povoado Forte
Estância	Curuanha
Estância	Porto D’ Areia

Frei Paulo	Catuabo
Ilha das Flores	Bongue
Indiaroba	Desterro
Japaratuba	Patioba
Japoatã	Ladeiras
Laranjeiras	Mussuca
Pirambu	Alagamar
Pirambu	Aningas
Poço Redondo	Serra da Guia
Poço Verde	Lagoa do Junco
Porto da Folha	Mocambo
Propriá	Santo Antonio Canafistula
Riachuelo	Quebra Chifre (Povoado Bela Vista)
Santa Luzia do Itanhy	Povoados Bode, Botequim, Cajazeiras,

Fonte: FCP, 2017.

A partir da análise do quadro 01 e do quadro 02, percebe-se um aumento de comunidades em Sergipe que passam a se autorreconhecerem como remanescente quilombola. Também se observa a morosidade que os órgãos competentes possuem em finalizar o processo de reconhecimento até chegar à titulação das terras, o que torna uma luta exaustiva para as comunidades que buscam essa titulação.

QUADRO 03: CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) ATUALIZADAS ATÉ A PORTARIA Nº 194/2017, PUBLICADA NO DOU DE 04/07/2017.

Município	Nome da Comunidade	Nº processo	Data da Portaria
Amparo de São	Caraíbas	01420.016444/2012-21	14/12/2012
Amparo de São Francisco	Lagoa dos Campinhos	01420.005775/2013-16	06/05/2013
Aquidabã	Mocambo	01420.002423/2009-22	09/02/2009
Aracaju	Maloca	01420.002661/2006-95	20/10/2006
Barra dos Coqueiros	Pontal da Barra	014.20.000236/2007-42	07/03/2006

Brejo Grande	Breão dos Negros	014.20.000121/2007-58	24/04/2006
Canindé de São Francisco	Rua dos Negros	014.20.000528/2004- 32	06/05/2013
Capela	Canta Galo I	014.20. .007670/2011-30	05/05/2011
Capela	Fazenda Pirangi	01420.000557/2006-66	20/03/2006
Capela	Terra Dura e Coqueiral	01420.000553/2011-45	22/11/2010
Cumbe	Povoado Forte	01420.002841/2005-96	17/11/2005
Estância	Curuanha	01420.000554/2011-90	26/07/2010
Estância	Porto D'Areia	01420.003699/2012-23	30/03/2012
Frei Paulo	Catuabo	01420.001207/2006-17	29/05/2006
Ilha das Flores	Bongue	01420.005406/2011-61	04/05/2011
Indiaroba	Desterro	01420.001228/2005-51	08/06/2005
Japarutuba	Patioba	01420.002791/2005-47	11/11/2005
Japoatã	Ladeiras	01420.002953/2005-47	29/11/2005
Lagarto	Campo do Crioulo	01420.011413/2014-45	09/09/2014
Laranjeiras	Mussuca	01420.003078/2005-11	12/12/2005
Pirambu	Alagamar	01420.007669/2011-13	09/06/2011
Pirambu	Aningas	01420.000042/2012-12	03/01/2012
Poço Redondo	Serra da Guia	01420.001322/2005-19	17/06/2005
Poço verde	Lagoa do Junco	01420.000812/2006-71	18/04/2006
Porto da Folha	Mocambo	01420.000039/1997-09	24/02/1997
Propriá	SantoAntonio Canafístula	01420.005576/2010-65	12/06/2010
Riachão do Dantas	Povoado Forras	01420.007121/2014-16	13/06/2014
Riachuelo	Quebra Chifre	01420.001165/2007-03	11/05/2007
Santa Luzia do Itanhy	Luzienses	01420.001359/2005-39	21/06/2005
Simão Dias	Sítio Alto	01420.006394/2014-35	28/05/2014
Siriri	Castanhal	01420.004430/2013-45	29/04/2013

Fonte: FCP, 2017.

Ao todo no país há 1.536 processos de titulação em aberto, sendo que, destes, no Nordeste são 872 comunidades e, em Sergipe, 29. Constitui-se em etapas para que a Comunidade obtenha a titulação: A apresentação ao INCRA da certidão de autorreconhecimento, emitida pela Fundação Palmares; Elaboração do RTID (relatório técnico de identificação e delimitação que visa ao levantamento de informações cartográficas, fundiárias, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas; Publicação do RTID; Portaria de Reconhecimento onde aparecem os limites do território quilombola no diário oficial da União e dos Estados; Decreto de desapropriação; Titulação, onde é emitido o título coletivo,

imprescritível em nome da associação legalmente constituída. Percorrendo os trâmites legais, a comunidade que se autodeclara leva anos até conseguir a titulação final.

Segundo Neves (2016), a autodefinição do grupo enquanto comunidade quilombola se dá articulado com sua territorialidade, ou seja, com a relação que eles estabelecem com o espaço físico. A definição dos grupos depende de sua autodenominação, mas essa não se faz de modo independente da dinâmica social em que o grupo está inserido.

Ao todo, 14 comunidades quilombolas sergipanas já foram contempladas com a publicação de RTIDs. Dentre elas, as comunidades de Mocambo, em Porto da Folha, Serra da Guia, em Poço Redondo, Lagoa dos Campinhos, em Amparo do São Francisco, e Caraíbas, em Canhoba, já foram beneficiadas por decretos presidenciais e estão com o processo de consolidação de seus territórios já em curso.

2. CAPÍTULO - A memória como forma de reinvenção da identidade

A memória enquanto fenômeno individual e psicológico, segundo Le Goff (2013), liga-se à vida social e sua apreensão depende do ambiente social. Através da reconstrução de fatos registrados na memória se reconstrói uma visão do passado a partir do presente, contudo, essa reconstrução está impregnada da leitura simbólica com categorias do presente, mais genericamente do que os recordadores são hoje. Por isso a memória pode ser utilizada para pensar uma questão tão atual quanto a das populações quilombolas.

É comum em relatos orais, sobre o passado, as pessoas utilizarem o termo “se não me falha a memória” e se esquivarem de mencionar algo que as incomodam, quando são questionadas sobre determinadas passagens de sua vida.

Em se tratando de comunidades tradicionais, temos a necessidade de utilizar a memória dessas populações, de suas histórias de vida como forma de compreender suas posições, suas heranças culturais e sua identidade. A memória adquire grande importância, se analisarmos que tais comunidades são de forma geral desprovidas da escrita, apresentando a tradição oral como algo muito presente, no qual conseguem manter viva a sua cultura, os seus costumes.

2.1 A MEMÓRIA: CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES

Segundo Pierre Nora, memória é o vivido e a história é o elaborado. Então a memória permite atualizar a história a todo instante. A memória neste sentido é o fio condutor que nos leva à instituição de um território e à invenção de uma identidade, a de quilombola.

Fazemos de forma involuntária ressignificações de nossas experiências de vida, ao relembarmos fatos e momentos vividos, devendo ao pesquisador adotar cuidados quando em sua pesquisa utiliza a memória como fonte.

Compreende-se a memória sendo individual e ao mesmo tempo social, quando é entendida como memória coletiva, visto que a memória enquanto elemento social se baseia na cultura de um grupo e no que podemos chamar de códigos que são aprendidos no convívio social. Nem sempre há ordem cronológica e às vezes se apresenta de forma desordenada no tempo.

A memória, para Halbwachs (1990), é a reconstrução do passado, e este não pode se modificar, mas as interpretações a respeito dele variam de sujeito para sujeito. O movimento histórico que acontece com a memória reflete que o passado ainda está em movimento e há ligações entre a memória individual e a memória coletiva.

Ao realizar entrevistas com moradores do Sítio Alto, foi necessário utilizar a história oral dos moradores e recorrer às suas memórias sobre a comunidade, sobre suas experiências de vida. Nesse aspecto é perceptível a importância da memória como portadora das lembranças, e é interessante perceber como as narrativas são construídas a partir do que é selecionado pela memória do entrevistado.

De acordo com Luana Leal (2012, p. 01), pode-se traduzir a memória como “as reminiscências do passado, que afloram no pensamento de cada um, no momento presente; ou ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes a fatos vividos no passado”. Assim sendo, cabe classificá-la, então, como multimodal, multidisciplinar e multidimensional.

Leal (2012) baseia seu conceito de memória ancorado no teórico Maurice Halbwachs, no seu clássico livro “Memória Coletiva”, nesta obra o autor pensa a memória ultrapassando o plano individual. Considera que as memórias de um indivíduo nunca são só suas e que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade. Segundo esse autor, as memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada (HALBWACHS, 2006 apud LEAL, 2012, p. 01).

Nesse sentido, para Leal (2012), a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência. O

indivíduo participa então de dois tipos de memória (individual e coletiva) e isso se dá na medida em que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, apud LEAL, 2012, p. 03).

A partir das discussões a respeito da memória, compreendem-se as memórias, sejam elas individuais, grupais e coletivas como algo submetido à transformação, constantes mudanças. Assim como elemento constituinte de identidade ao contribuir para o desenvolvimento do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo no seu processo de construção de identidade, de construção do seu eu.

Para Pollak (1989), a memória funciona como fator de equilíbrio para o indivíduo se localizar coletiva ou individualmente, possibilitando o sentimento de continuidade e a reconstrução da identidade.

Ainda dentro dessa discussão, como se pode estabelecer uma relação entre a construção de uma identidade cultural, étnica e a memória? Segundo Ulpiano Bezerra (1984, p. 33), a memória, como suporte fundamental da identidade, “é mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência individual ou social, constituindo-se em um eixo de atribuições que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade”.

A memória nutre nossa identidade cultural. Uma vez que através dela nos remetemos aos bens materiais que nos cerca, nos localizamos em relação ao nosso lugar de pertença.

No processo de (re)construção de uma comunidade, a memória torna-se um elemento fundamental, tendo em vista que é através dela que a história de vida das pessoas se encontram e estabelecem relação entre si, possibilitando que a comunidade crie esse sentimento de pertencimento.

É através da oralidade dos moradores da comunidade, principalmente da população mais idosa, que se tem a perpetuação dos saberes, das danças, como no caso do Sítio Alto, a dança de roda que serve através da reprodução dos passos e das cantigas entoadas pelos participantes para relembrar as memórias de um passado comum a todos os moradores daquele lugar.

Relembra Dona Maria, uma das participantes mais antigas da dança de roda do Sítio Alto, em depoimento no ano de 2016:

[...] me lembro que quando eu era pequena, minha vó falava como era alegre o povo, como dançavam nos terreiros até quando cansavam do trabalho na fazenda. Se faziam uma casa com barro era motivo para dançar, se nascia um menino, também dançava, e assim eu aprendi a dançar também, para lembrar das coisas de minha vó, para espantar os males (MARIA, 2016).

A dança de roda é uma espécie de memória viva dos acontecimentos que permeiam a vida da maioria dos moradores do Sítio Alto, de uma forma ou de outra sempre aparece nos depoimentos dos moradores mais velhos, e de forma um pouco mais distante nos depoimentos dos mais jovens. A dança é um dos traços culturais que sobreviveram do passado, conforme menciona José, em seu depoimento:

Aprendi a dançar vendo meu pai dançar, meu vizinho dançar. Naquele tempo não havia luz, alumia as casas com candeeiro de gás, colocava na frente da casa e aí juntava um morador, juntava outro morador, e quando se via já era uma festa, e assim meu pai ia, dançava, puxava minha mãe, e assim eu pequeno ia também. Hoje meus netos ouvem as histórias mas não dançam (JOSÉ, 2016).

Observando a fala de José, percebe-se como a dança de roda foi se mantendo viva dentro do cotidiano dos moradores do Sítio Alto, e como a dança está presente na memória, em como ela se constitui em parte da identidade local. A tradição da dança está presente na lembrança dos mais velhos na comunidade e se faz presente por meio dos relatos aos mais novos, constituindo um exemplo de fortalecimento da identidade por parte do grupo.

Halbwachs (1990) considera que a memória tem caráter social, ela não é uma pura invenção das experiências do passado, mas sim uma construção que se faz a partir delas, no presente. A memória, nesse sentido, mantém um sentimento de identidade que permite identificar os grupos, distinguindo-os dos demais. Dona Josefa, em entrevista, narra que

Meu pai me contava que ouvia de seu pai que na fazenda de seu Quintino, ele apanhava, apanhava muito. Era muito sofrimento. Falava do mar e de como chegou aqui. Não é tudo que lembro, mas meu pai contava muita coisa para a gente (JOSEFA, 2016).

A memória de Dona Josefa traz consigo memórias de seu pai, uma história contada de um grupo para outro em diferentes tempos na tentativa de reconstruírem seu passado associado à escravidão. A memória de Dona Josefa não segue uma cronologia lógica, pois seus familiares,

seus pais, avós não participaram do processo de tráfico de escravos, sua trajetória é mais recente, no entanto Dona Josefa insiste em retratar como se fosse algo de tempos mais remotos.

Seligmann-Silva explica que a concepção linear do tempo é substituída por uma concepção topográfica: a memória é concebida como um local de construção de uma cartografia, sendo que nesse modelo diversos pontos no mapa mnemônico entrecruzam-se, como em um campo arqueológico ou em um hipertexto (2005, p. 79). Essa concepção é influenciada pela teoria psicanalítica, pois o inconsciente “não possui critérios de localização espaço-temporal, nem é acessível à função do tempo e, por isso mesmo, desconhece a contradição” (FERNANDES, 1988, p. 14).

2.2 IDENTIDADE ÉTNICA E MEMÓRIA

Há uma relação indissociável entre memória e identidade, isso é defendido por autores como Halbwachs (1990), Almeida e Santana (2012) e Hall (2003). Para Almeida e Santana (2012), existem inúmeras concepções de identidade e é superdifícil estabelecer uma definição por conta do seu caráter multidimensional e dinâmico. Essa multiplicidade de significado se manifesta em diferentes espaços culturais: religiosidade, músicas, danças, festas, lutas pela terra, preservação da memória coletiva, dos rituais, a relação do negro com o meio ambiente, com o mundo do trabalho, no convívio comunitário e a sua interação com a produção simbólica que está cada vez mais próxima da sua realidade cotidiana.

Os autores definem a construção da identidade étnica, especialmente, dos remanescentes quilombolas, a partir de dois eixos estruturantes. O primeiro eixo que ajuda na conceituação de identidade étnica passa pela preservação da memória coletiva dos quilombolas (HALBWACHS, 1990). Para eles, a memória coletiva se apresenta na estrutura organizacional da comunidade quilombola, constituindo-se como elemento importante da tradição, das lembranças e das histórias do grupo, já que são atualizadas nas interações sociais cotidianas. O segundo eixo estruturante da identidade étnica se refere ao pertencimento à comunidade

quilombola. Quando ligamos a identidade ao pertencimento estamos certos de que ela também se apoia na história e na cultura dessa população (ALMEIDA; SANTANA, 2012).

Ainda, segundo Almeida e Santana (2012), o reconhecimento da identidade étnica implica tanto nas ações internas quanto externas. Os quilombolas se relacionam com as Instituições Públicas numa luta incansável em prol do reconhecimento da comunidade enquanto remanescentes de quilombo e buscam a permanência no local através da regularização fundiária.

Apesar de haver exceções, como o caso da Comunidade Sítio Alto, em que a luta por terras não se constitui até o momento em prioridade para o grupo, a maioria das comunidades remanescentes tem na luta pela titulação das terras seu principal objetivo, como ressaltam Almeida e Santana.

Contribuindo com a discussão, Marcon (2016) diz que:

[...] os quilombolas enquanto categoria social são grupos de identidade étnica que abrigam a crença subjetiva numa procedência comum, que se afirma por meio de seus agentes, que reivindicam o reconhecimento enquanto comunidade e a titulação de suas terras enquanto direito, que refletem o efeito do aparato regulador e normativo recente e das lutas dos movimentos sociais negros e que emerge da denúncia de um contexto histórico e social extremamente polarizado pelas diferenças sociais econômicas que se reproduzem há séculos, marcadas por hierarquias de classe e pelo racismo (FRANK MARCON, 2016).

A identidade pode ser melhor compreendida se associada à ideia de pertencimento, onde o indivíduo faz relação com significados para eles dos elementos que os cercam. No caso do Sítio Alto, local de análise desta pesquisa, tais elementos podem ser identificados com o trabalho onde, em sua maioria, os moradores são agricultores e as práticas culturais que sobrevivem como a dança de roda e o reisado.

De acordo com Barth (1998), a identidade étnica ou etnicidade não é um elemento estático, que se isola em uma espécie de ilha e se torna alheio a modificações de ordem histórica, social e cultural, por exemplo. Para o autor, é a partir das relações estabelecidas com o outro – o diferente – que ela é modificada. Desse modo, a identidade quilombola se transforma, seguindo o raciocínio de Barth, em um grupo étnico, pois é por e através dela que os membros da

Comunidade Sítio Alto vão se identificar, tanto em relação a sua origem quanto ao meio ambiente no qual estão inseridos.

A percepção de uma herança quilombola por parte dos moradores do Sítio Alto, como tratado na introdução deste trabalho, foi surgindo a partir da atuação de agentes externos, que passaram a conviver dentro da comunidade, como é o caso da atuação de programas como o MOVA-Brasil, que, por meio de sua metodologia de ensino, possibilitou aos moradores pensarem sobre sua história, fazendo ressurgir memórias e estabelecendo relações entre o presente até então marcado por exclusão social com o seu passado também repleto de lembranças de exploração e de exclusão.

Quando entrevistados, os moradores sobre a identidade étnica e também sobre a percepção destes sobre suas origens, sobre ser ou não ser negro, ser ou não ser remanescente, as respostas eram algumas vezes dotadas de vazio, de paradas para pensar o que dizer, de dúvidas e de alguns a insegurança sobre o tema.

Paulo, 30 anos, morador do Sítio Alto, em entrevista, explica que:

O povo do Sítio alto não se perguntava sobre sua cor, nós não pensávamos sobre isso até um certo tempo atrás. Nós sentimos na pele o que é ser negro, mas não sabíamos. Tem pessoas brancas, outras mais claras, outras menos claras, que moram lá em cima com a gente, porque um casou com a mulher de Itaporanga, outro se engraçou com a vizinha do povoado aqui perto e foi se misturando. Mas tem muita gente com a pele escura também. Muitos não se aceitam como negros, a pessoa não se identifica. [...] Se perguntar muitos dizem: Eu sou moreno, outro vai dizer que é da cor de saruá (PAULO, 2016).

Essa insegurança quanto a responder questões como essa, de cor, de origem, pode estar relacionada ao fato de que os moradores, antes de ter início o processo de reconhecimento como comunidade remanescente quilombola, não tinham discussão em torno de questões ligadas à cor, à identidade. Tais questionamentos só começaram a acontecer entre eles a partir das reuniões ocorridas na Associação de Moradores local com vistas ao andamento do Processo.

É importante destacar que o fato de os moradores não tratarem sobre a questão cor, etnia, não retira o mérito do reconhecimento feito por eles posteriormente, visto que as dificuldades enfrentadas pelos moradores, e o preconceito vivenciado por estes ao longo dos anos, em relação aos moradores dos povoados vizinhos e da sede do município de Simão Dias, onde a comunidade está inserida, era visto como algo relacionado apenas à pobreza vivenciada por eles

e à falta. Ao ser perguntado sobre se considerar quilombola, Paulo respondeu: “me considero sim, porque sou negro, minha mãe é negra, meu pai é negro, minha avó era negra e os que eu não conheci deveriam ser também. Não sabia o era ser quilombola, assim como muitos também não, estamos aprendendo agora” (Entrevista realizada em 2016).

A condição de ser remanescente quilombola é algo considerado novo entre os moradores do Sítio Alto. É algo que tem sido aflorado por meio do uso da memória. Constantemente os moradores mais idosos têm tido suas memórias evocadas, pois cotidianamente eles recebem visitantes querendo saber sobre suas histórias. Também precisaram ter seus depoimentos colhidos por instituições, como a Fundação Palmares, em visita à Comunidade, no ano de 2014.

Foram questionados vários moradores sobre alguns aspectos do que se chama de identidade étnica com o intuito de perceber como os moradores do Sítio Alto se percebem. Questionado, Fernando, jovem de 24 anos, sobre se considerar quilombola, este afirmou ser quilombola, demonstrou uma percepção sobre a importância da tradição, dos costumes passados de geração para geração. Fernando enfatiza que:

Me considero quilombola, sou negro. Mas além disso eu vivo em um local onde as pessoas fazem as mesmas coisas desde que se entendem por gente, desde que seus pais faziam, seus antepassados também faziam. Isso é tradição. Minha comunidade é tradicional. A dança presente em minha comunidade é uma herança. Uma herança do passado triste, do passado sofrido que eu não vivi, mas meus antepassados viveram (FERNANDO, 2016).

Ao analisar as entrevistas realizadas, percebe-se que a questão da identidade está vinculada à questão territorial, ou seja, “morar em uma comunidade tradicional” significa fazer parte daquele coletivo, compartilhar das ideias e vivências desse coletivo, ser uma comunidade. A percepção do que é ser quilombola trazida pelos entrevistados é a de que é ser descendente de pessoas que, num passado não muito distante, foram pessoas escravizadas.

A manutenção das práticas culturais e do lugar portador de memória também aparece como algo importante aos moradores de Sítio Alto, pois, nos últimos anos estes têm juntado objetos encontrados nas roças, utensílios domésticos das residências, assim como fotografias antigas com o intuito de construir uma espécie de casa da memória, para que seja lugar de visitação. Esta “casa da memória” já foi iniciada pelos moradores que construíram uma casa de

taipa similar às residências utilizadas por eles até pouco tempo e lá têm depositado todo tipo de objeto considerado por eles como portadores de memória.

As atribuições de grupos étnicos propostas por Barth (1998) se fazem presentes entre o povo que constitui o Sítio Alto, tendo em vista que eles reconhecem como iguais mediante determinadas características que, automaticamente, as transformam em elementos que os diferenciam dos demais não-quilombolas. Dessa maneira, a etnicidade dos moradores serve como característica de diferenciação, materializada na sua forma da identidade negra.

Na localidade que forma o que os moradores do Sítio chamam de “coração de nêgo”, uma árvore antiga, que fica na divisa entre o Sítio Alto e o Assentamento Oito de Outubro, existe a prática dos moradores enterrarem o umbigo dos recém-nascidos. Simbolicamente significa, para eles, fincar raízes com o seu povo, através da terra e da árvore sagrada.

A história dessa árvore está intrinsicamente associada à memória e à identidade dos moradores, em especial os mais idosos. Em seu depoimento, o morador Edmundo conta que a árvore está localizada às margens de um pequeno corredor, que antigamente era utilizado como estrada e constituía a principal via de comunicação entre a comunidade e os povoados circunvizinhos, por essa mesma estrada transitavam com gado e alimentos tropeiros oriundos provavelmente do sertão baiano e sergipano em direção ao agreste. Nesse mesmo local os moradores, quando vinham da fazenda carregando água, paravam para descansar, dando a sensação de alegria por já estarem chegando próximo de casa.

Lugares são portadores de memória. Portadores de identidade e de pertencimento. A árvore batizada pelos moradores tem em torno de 300 anos de existência, e é sempre mencionada pelos moradores como um local sagrado, tanto pelas várias histórias de vida vivenciadas no local como pelos rituais praticados em seu entorno pelos moradores.

Para Oliveira (1976), a noção de identidade contém duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva). A importância de tomar a identidade como um fenômeno bidimensional permite incorporar as contribuições dos estudos psicológicos, especialmente relevantes para a descrição dos processos de identificação, mantendo-nos fiéis ao princípio durkheimiano de explicar o social pelo social. O autor lança mão do conceito de grupo étnico, tal como foi proposto por Barth, também mencionado neste capítulo, sendo que, segundo essa definição, um grupo étnico designa uma população que:

- a) “se perpetua principalmente por meios biológicos”;
- b) “compartilha de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito”;
- c) “compõe um campo de comunicação e interação”;
- d) “tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem” (BARTH apud OLIVEIRA, 1976, p. 01). Entre essas características, o partilhar uma cultura comum é frequentemente considerado de central importância.

Os aspectos culturais muito frisados pelos moradores do Sítio Alto nas entrevistas realizadas reforçam a forma como estes enxergam seu entorno, em como se sentem em relação aos outros moradores dos povoados vizinhos, com quem têm que manter contato. Suas crenças, memórias e práticas culturais os distinguem dos demais. A forma de falar, as relações estabelecidas dentro da comunidade vão além de uma comunidade rural como as demais que existem no município de Simão Dias.

Percebe-se que o processo de reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola tem reforçado a valorização de determinados aspectos do cotidiano desses moradores. Pois suas histórias passaram a ser contadas diariamente para públicos diversos que visitam a comunidade. A memória ganhou destaque. Obteve um espaço que antes não tinha. Os mais idosos que já eram respeitados pelos moradores passaram a se sentir mais valorizados ao serem procurados para realização de entrevistas com pessoas consideradas “de fora”.

Compreende-se que as questões ligadas à memória, à identidade e à etnicidade estão cada vez mais presentes no cotidiano do povo do Sítio Alto. Tem ganhado lugar de destaque nos debates que acontecem internamente e tem possibilitado o registro da história local à medida que a comunidade passou a ser mais visitada, registrada e documentada pelas diversas instituições que se fazem presentes no local.

Ao legitimar a identidade, a memória é mais do que um simples arquivo de informações, porque ela não só reinventa o passado, como serve de elemento referencial norteador na construção das identidades do presente.

3. CAPÍTULO – Sítio Alto: memórias e trajetórias

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS: SITUANDO O SÍTIO ALTO

O município de Simão Dias está localizado na região sudoeste do Estado de Sergipe e ocupa uma área de 969,2 km². Em 2016, a localidade contava com uma população estimada em 40.684 habitantes (IBGE, 2016).

As zonas de terras entre Simão Dias e Paripiranga, município da Bahia, são formadas por terrenos acidentados, onde é possível verificar a existência de matas fechadas, devido à impossibilidade de cultivo de cereais e pastagens. Nessa mesma zona, existem inúmeros sítios onde se cultivam árvores frutíferas e culturas de subsistência. Esse relevo proporcionou aos índios que primeiro povoaram essa região um verdadeiro oásis frente ao sertão. Daí a origem das diversas denominações que constam em documentos históricos, como: “Matas de Simão Dias”, “Matas do Coité” ou “Matas do Caiçá”.

O local onde a cidade de Simão Dias se encontra foi há alguns séculos uma povoação de índios que fugiam das expedições colonizadoras do Governador do Norte, Luís de Brito. No período da conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros, alguns grupos indígenas fugiram do litoral para o interior do território. Os tapuias se estabeleceram nas proximidades do rio Caiçá, que foi batizado por esse nome devido à caieira erguida por tais índios, conforme escreve Carvalho Déda (1967) em seu memorável “Simão Dias: fragmentos de sua história”.

Os tapuias permaneceram ali até que os holandeses invadissem Sergipe. Esse fato histórico afetou a vida de alguns personagens dessa história. Com a invasão holandesa, surge a determinação de conduzir os rebanhos até as margens do Rio Real. Contudo, o proprietário baiano Braz Rabelo, possuidor de rebanhos nas terras da atual cidade de Itabaiana, resolveu esconder seu gado nas terras das matas à beira do Rio Caiçá, incumbindo ao seu vaqueiro de nome Simão Dias a responsabilidade pela condução do gado até a referida localidade. Segundo o autor supracitado, Simão Dias seria o responsável pelas primeiras instalações que deram origem à cidade, onde construiu uma espécie de vendola que servia de estalagem para as pessoas

que por ali passavam, no entanto não há vestígios evidentes dessa construção. “Simão Dias morreu na obscuridade, sem descendentes; não se sabe como e onde” (DÉDA, 1967, p.30).

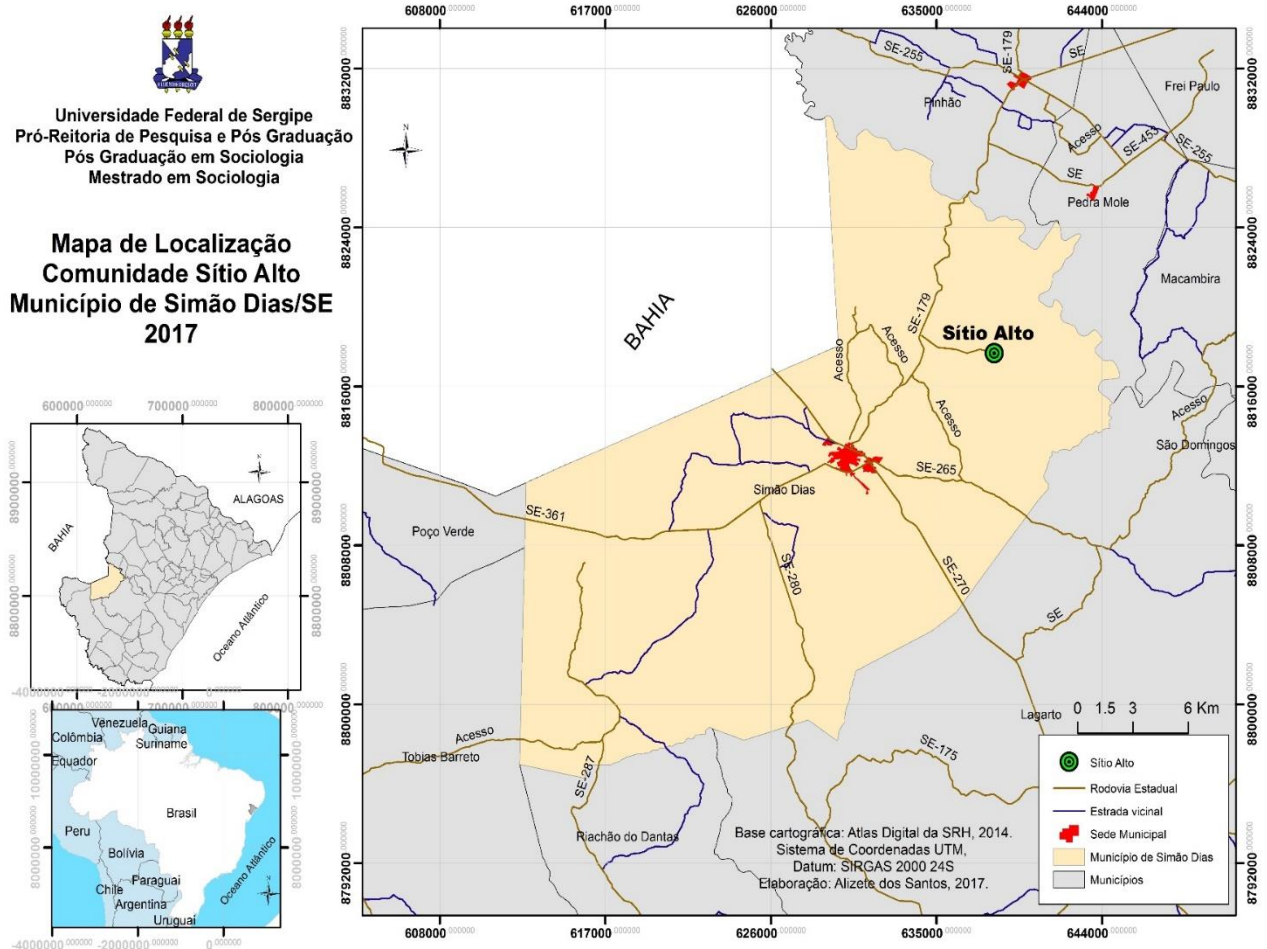
O nome do município é uma homenagem ao referido vaqueiro, apesar de fontes históricas trazerem algumas controvérsias quanto ao seu sobrenome, pois alguns alegam ser Simão Dias Fontes o sesmeiro das terras em questão enquanto outros apontam a existência de um Simão Dias Francês, e há ainda um terceiro sem sobrenome. Mas o fato é que foi um vaqueiro de nome Simão Dias que deu início a seu processo histórico, como aponta Felisbello Freire: “Os terrenos onde está edificada hoje (1891) a Vila de Simão Dias foram doadas a Simão Dias Fontes, Cristóvão Dias e Agostinho da Costa” (FREIRE, 1891, p. 322).

Antes de ser vila, o atual município foi constituído como Freguesia pela Lei de 6 de fevereiro de 1835, desmembrando-se da Freguesia de Lagarto. Devido ao progresso da Freguesia, o governo da Província baixou em 15 de março de 1850, o decreto que elevou à categoria de vila com o nome de Senhora Sant’Ana de Simão Dias.

Simão Dias passou da categoria de Vila para a de Cidade em 12 de junho de 1890, por decreto do presidente do Estado Felisbello Freire, sob o argumento que a mesma possuía uma população consideravelmente grande para a época – 10.984 pessoas, um comércio próspero e a existência de uma comarca recém-criada. Com base nesses argumentos a Vila foi emancipada do município de Lagarto.

A comunidade Sítio Alto está localizada no município de Simão Dias (SE) distante a 08 km da sede do município. Está situado em uma serra, motivo pelo qual recebeu esse nome. Atualmente aproximadamente 112 famílias residem no local, totalizando 505 habitantes, segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência social, em 2015.

Mapa 01: Localização da Comunidade Sítio Alto



A população do Sítio Alto é composta por pessoas supostamente oriundas de uma fazenda denominada Rio dos Negros, localizada nas proximidades onde se encontra a atual comunidade, da qual, segundo as narrativas dos moradores, seus ancestrais eram escravos até os anos finais do século XIX. A origem dos moradores, contudo, ainda é um mistério para muitos, pois em relatos de moradores há indicações de variadas localidades de onde seus ancestrais migraram, como os municípios de Poço Verde, Riachão do Dantas, Palmares e, possivelmente, Itaporanga.

O local foi cognominado no dia 18 de março de 1995, quando na ocasião foi fundada a Associação de Proteção Comunitária do povoado. Segundo relatos dos moradores, anteriormente o local era chamado por diversos nomes: Alto da Moléstia, Alto da Guenguenza, Alto do Cacete, Alto dos Pompons, Alto do Cruzeiro e Cacete Armado.

Tais denominações por muito tempo estavam associadas a seus moradores e à forma como eram vistos pela população das adjacências. Para Alguns estes nomes eram portadores de estigmas, sendo atribuído “tudo de ruim” ao local e a seus habitantes. Os nomes mais comuns, os tais “apelidos” eram “*nêgo de quinzumba*”, “*nêgo de quingibe*”, “*nêgo do Alto*” e “*nêgo do maroto*”.

Conta Dona Josefa, Presidente da Associação de moradores local, que a vida no Sítio Alto era bastante precária e que havia uma situação de conflito dos moradores em relação à identificação do local de suas residências ao serem indagados onde moravam.

Há dez anos todo mundo só ouvia miséria do Sítio Alto: Chega que o povo do Sítio Alto está passando fome, muitas das vezes o que vinha era merenda para ajudar. O povo era cadastrado em outra comunidade, como a Caraíba de baixo, Cumbe, Apertado de Pedras e só chegava pra nós o que sobrava. Quando a gente chega na outra comunidade já ia logo sendo identificado e humilhado pela fala, porque o povo do Sítio Alto já tinha descendência de negro, de escravo, já chegava gritando “ê cumande” “ô cumpade” e assim a gente ia vivendo (JOSEFA SANTOS, em 10/11/2015).

Notam-se sentimentos variados relacionados a como cada morador do Sítio Alto denominava seu local de residência. Para alguns era tido como vantajoso ser identificado como morador de uma comunidade vizinha para não ser alvo de preconceito, já para outras pessoas era tido como uma ofensa por não gostarem das outras comunidades e terem suas raízes vinculadas a sua comunidade de origem.

Geograficamente o Sítio Alto está situado próximo aos povoados Cumbe, Caraíbas de Baixo e faz divisa com o Assentamento Oito de Outubro. Como em “Os Estabelecidos de Elias” no cotidiano local era como se houvesse uma clara distinção entre “nós” e o “outro”, nesse caso, aos moradores do Sítio Alto cabia o desprezo por parte de seus vizinhos de território e aos próprios moradores do Alto uma forte presença de não aceitação de sua realidade ao se identificarem como moradores das comunidades vizinhas, ao tentar fugir do estigma que era ser morador da comunidade dos pobres, doentes e mal educados, como eram constantemente reconhecidos por seus vizinhos.

Os moradores de Sítio Alto sobrevivem principalmente devido o trabalho com a agricultura, porém a sua produção não é o suficiente para garantir a subsistência local, em razão de que possuem poucos lotes de terra para desenvolver o plantio. Alguns moradores vendem

sua força de trabalho para outras propriedades fora da comunidade, e alguns trabalham na zona urbana no setor de prestação de serviços.

Em se tratando da população local, há a predominância dos jovens na comunidade em relação à população adulta, havendo uma elevada taxa de natalidade, conforme mostra a Tabela 1:

Tabela 1 - Quantidade de habitantes por faixa etária em Sítio Alto (2017)

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 2 anos	17	21	38
2 a 10 anos	56	59	115
10 a 20 anos	78	94	172
20 a 60 anos	140	142	282
Maiores de 60 anos	15	18	33
Total	306	334	640

Fonte: Prefeitura Municipal de Simão Dias (Fevereiro de 2017).

Em 1988, o então Povoado Sítio Alto passou a ter sua primeira e única escola, A Escola Municipal Maria Eloísa Batista Santos, que funciona como creche e escola de ensino fundamental. Funciona atualmente com o objetivo de garantir à população local uma educação voltada para a atual demanda da comunidade, que passou a ser reconhecida como comunidade remanescente.

A instituição de ensino funciona atualmente em dois turnos: matutino e vespertino, onde os alunos estudam até o 5º ano do ensino fundamental. Após essa etapa, os alunos passam a se deslocar para a comunidade Cumbe, onde cursam até o 9º ano, e os que dão continuidade ao Ensino Médio precisam se deslocar para a sede do município, para as escolas da rede estadual de ensino.

A comunidade possui uma casa de sementes, que foi construída em 2014, através da Associação de Moradores local, com o apoio da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), que possui o objetivo de guardar sementes de milho, feijão entre outros para garantir o plantio dos anos seguintes e assim manter a subsistência local.

Até poucos anos atrás a comunidade era tida como “esquecida” pelo poder público, salvo a existência de uma escola da rede municipal. Não havia posto de saúde, nem saneamento básico, nem casas apropriadas para a moradia. Como mostrado na Tabela 1, as famílias possuem muitos filhos, havendo algumas delas com 11 filhos. E o índice de escolaridade é considerado baixo, principalmente entre os moradores mais antigos, que nunca frequentaram a escola.

A estrada que dá acesso à comunidade também era de difícil acesso, principalmente de carro. Esse fator fazia com que a comunidade permanecesse um pouco isolada. Dentro desse chamado “isolamento” os moradores pouco visitavam a cidade, assim como os moradores da cidade também mantinham pouco contato. Esse fator de algum modo contribuiu para a preservação de modos de viver dos moradores, seja na linguagem utilizada, seja em suas práticas cotidianas.

Segundo relatos de moradores do município, durante muitas décadas (aproximadamente até os anos noventa) os moradores do Sítio Alto se mantiveram isolados do restante da população do município, vivendo em condições precárias, sem moradia digna e alimentação adequada. Havia a predominância de casas de taipa e barracos de lona como tipo de moradia local e as famílias no geral eram compostas por mais de dez filhos, apesar da precariedade. A forma de sustento era baseada na agricultura de subsistência que não era suficiente, ocasionando provavelmente as altas taxas de mortalidade registradas.

Ao que parece, o Sítio Alto por muito tempo teve a sua imagem associada à fome, miséria e doenças. Para lá subiam doações provenientes de famílias diversas, quando o poder público se encontrava ausente e as políticas públicas não os beneficiavam. O peso carregado pelos moradores “do Alto”, como eram chamados, produziam neles um sentimento de negação de suas origens. Quando desciam para as comunidades vizinhas, o que era algo raro, faziam-no para buscar os benefícios que eram concedidos a seus vizinhos.

Chegando lá mudavam seus endereços, afirmando não fazer parte do Sítio Alto, e sim sendo moradores também do povoado Cumbe e Caraíbas de Baixo, apesar da forma de comportamento os denunciar. E este estigma foi carregado por longos anos, até recentemente,

quando a comunidade passou a receber atendimento médico local, com a chegada da escola e melhoria das residências locais por meio de programas associadas ao INCRA.

3.2 REGISTROS DE VISITAS REALIZADAS NA COMUNIDADE

No dia 06 de abril de 2016, ao chegar ao local, foi perceptível que a entrada apresenta aspectos de simplicidade, com residências antigas, sendo construções de taipa e algumas de lona, mas em sua maioria casas de alvenaria, já mostrando um cenário diferente daquele encontrado em 2008, quando visitada a comunidade pela primeira vez (por esta pesquisadora). O local não possui água encanada e é desprovido de saneamento básico.

A visita começou pela casa de Dona Josefa, que foi apresentada como presidente da associação local de moradores, de aparência simples e com traços de cansaço físico se dispôs a falar um pouco sobre o local onde vive desde que nasceu. Contou sobre a dança de roda, uma manifestação deles que se mantém e da qual participa boa parte dos jovens e senhores de idade, em vários momentos fez referência à dança como uma herança deixada pelos seus antepassados, sendo eles próprios que sempre produziam as roupas coloridas e rodadas feitas de pano de chita comprado em feiras.

Segundo Dona Josefa, o samba de roda traz alegrias à vida que julga sofrida pela falta de outras coisas. Durante a conversa informal Dona Josefa foi contando como seus antepassados chegaram até a serra, algumas histórias que são contadas por moradores mais antigos e algumas dificuldades enfrentadas em alguns momentos.

Meu pai falava que vivia na fazenda de seu Dorinha, trabalhava lá, até que um dia ele mandou todos embora, deixando ficar no pedaço de terra no topo da serra, e lá ele foi com os outros. Não tinha estrada, nem casa, apenas mato, macambira. As pessoas se viram como dava, comiam muita raiz de mato para não morrer de fome. Alguns ainda descia para trabalhar nas roças dos outros, mas a maioria ficava por aqui mesmo. Muita fome, muita miséria (JOSEFA, 12 de fevereiro de 2016)

Após conversar com a Dona Josefa e depois de algumas voltas pela comunidade, foi encontrado um senhor de aproximadamente 58 anos que vinha da roça acompanhado de uma enxada, o mesmo possibilitou uma longa conversa, de aproximadamente duas horas, sobre como era viver na comunidade, e, entre algumas informações dadas, este senhor ressaltou em várias falas que, apesar de passar necessidades, não pretendia sair dali porque se trata do local onde sua família sempre viveu, não saberia como seria estar em outro lugar, pois raramente sai da comunidade para a cidade, ao longo de sua vida, saiu poucas vezes.

No segundo dia de visita, a observação foi exclusiva para entender como ocorre o dia na comunidade. Durante toda a parte da manhã foi notado que a maioria das pessoas vão à roça, que fica localizada bem próximo às casas. Na comunidade há uma escola de ensino fundamental e um transporte municipal leva os professores que trabalham lá, os funcionários desta escola são todos de fora da comunidade, residentes na cidade. A escola funciona em dois turnos: matutino e vespertino. À tarde aconteceu a mesma coisa, as mesmas pessoas se dirigiram novamente à roça, retornando no final do dia.

Foram entrevistados alguns moradores sobre a vida na comunidade, sobre o processo de identificação como quilombola e sobre as mudanças ocorridas na localidade desde o seu reconhecimento pela Fundação Palmares. Dona Marisa (58 anos) relata que

Não pensava sobre isso. A gente vivia por aqui, passava dificuldade, recebia coisas que mandavam para cá, roupas, calçados usados e até comida. As pessoas aqui se acostumaram a não trabalhar. Não sair daqui. E assim iam vivendo. Quando me chamavam de preta ou nêga eu achava era ruim. Parecia um xingamento. Hoje nem escuto mais isso, e se chamar pra mim é motivo de gosto (Entrevista em 12 de fevereiro de 2016).

Assim como Dona Mariza, outros moradores não associavam suas condições de vida à história de seus antepassados. A pobreza era um elemento presente, mas que era tratado com naturalidade entre eles. Em entrevista, Denise (28 anos) conta que não entendia muito porque as pessoas do povoado vizinho atribuíam aos moradores do Sítio Alto tantos nomes, como nêgo de quizomba. Segundo ela, seu documento era de moradora do Cumbe II, de modo que, para receber uma cesta básica da assistência social, com o processo de reconhecimento, teve que mudar seu endereço para a comunidade em que mora.

Ao entrevistar Maria de Jesus (46 anos) sobre sua família e sobre a sua origem, a senhora buscou em suas lembranças algum registro e pouco relatou.

Eu não sei onde meu pai nasceu. Sei que ele trabalhou para a fazenda de Seu Dorinha e só. Era assim, ele trabalhava na roça, era muita terra e muita gente descia para ir para lá, aventurar alguma coisa. Nem todos iam, porque tinham medo. Os que iam para a fazenda cortavam os matos sem ir pela estrada. Só sei o que me contavam, que meu pai trabalhava na fazenda, e meu avô tinha sido escravo por lá (Entrevista em 12 de fevereiro de 2016).

Há um esforço coletivo em reforçar a trajetória de vida de seus antepassados, buscando resgatar o passado associado a escravidão de alguma forma. Buscam através de suas narrativas reconstruir esse passado:

Meu avô vivia contando que seu pai apanhava quando não obedecia, que ficava preso pelas mãos de vez em quando. Outro dia acharam na roça uma corrente bem grossa com umas coisas que fecham. Colocaram lá no memorial junto com as outras coisas. De vez em quando aparece algo assim, que era das pessoas mais velhas que vieram pra aqui.⁴

Meu bisavô Joaquim nasceu na fazenda Quingibe e, depois de casado, mudou para a serra, onde viveu até sua morte. Foi escravo e falava sobre isso comigo: “os negros eram pra trabalhar pros branco. E só dava a comida... mais nada.”⁵

Como se vê nos fragmentos acima, a memória coletiva do Sítio Alto construiu versões sobre a trajetória de seus antepassados, associando de algum modo a uma história de escravidão, tendo como local de origem a Fazenda hoje conhecida como Rio dos Negros, mas que apontam em seus depoimentos como fazenda Quingibe.

Em entrevista sobre a questão do reconhecimento dos moradores como José Agripiniano (59 anos), o mesmo aponta para a mudança da forma de pensar, em como se perceber enquanto quilombola.

Entrevistador: Vocês de se reconheciam como negros?

⁴ Maria de Jesus, Sítio Alto. Fevereiro/2016.

⁵ Veronildes Santos, Sítio Alto. Fevereiro/ 2016.

J. A. – Antes não pensávamos nada, falavam que a gente era Nêgo disso ou nêgo daquilo e ninguém nem ligava. Ninguém sabia como se defender. Falavam, e a gente ficava calado, era preto mesmo. Hoje depois da visita de tanta gente, depois de nos perguntarem tanto, a gente responde que é negro. Que sou quilombola.

A fala ressalta uma mudança: as pessoas querem romper com uma realidade de marginalização e avançar para uma fase que tem como características a afirmação do orgulho negro e um grau de consciência mais elevado.

Entrevistador: Você acredita que hoje as pessoas do Sítio Alto têm orgulho em se identificar como negros?

J. A. – Tem. Hoje quando chega gente perguntando, todo mundo só responde que é quilombola. Falam num gosto brabo. Mas não foi fácil não. No início falavam que era besteira. Coisa de Dona Josefa. Mas depois conforme as reuniões da associação iam acontecendo as coisas foram se esclarecendo.

Entrevistador: Você sabe o que é uma comunidade quilombola?

J.A. – Não tenho certeza, mas acho que tem a ver com minha cor, vem um monte de gente aqui quase todo dia, e só pergunta se somos quilombolas, e vem gente de fora, de Aracaju e de um monte de lugar, agora todo mundo quer saber de nossa vida e de perguntar como viramos quilombo. O que sei é que vivemos aqui tem muito tempo e viemos para aqui por que nossos avós vieram e contavam que seus pais foram escravos na fazenda. Acho que isso é quilombo.

O que se pode perceber é que o discurso incorporado pelos membros da comunidade quilombola Sítio Alto foi rememorado, reconstruído através de intervenções de pessoas que passaram a frequentar o local e a reunir os moradores em torno da discussão sobre a questão quilombola no local.

3.3 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO SÍTIO ALTO

A Associação de moradores do Quilombo Sítio Alto foi fundada em 18 de março de 1995, quando a comunidade era tida ainda como povoado, sem distinção dos demais povoados que compõem o município de Simão Dias. A data de fundação é a que consta na primeira reunião entre os moradores. Porém, seu registro em cartório data de 18 de junho do mesmo ano. Nesta época contava com 150 associados, todos moradores da localidade.

Sua criação foi motivada pela necessidade dos moradores em ter acesso às melhorias em relação à infraestrutura e condições de vida. Antes os moradores participavam de associações de povoados vizinhos, ficando dependentes da vontade e necessidade das outras comunidades, e não necessariamente das necessidades deles. Pode-se analisar a criação da associação como uma forma de centralizar forças para buscar conseguir as melhorias necessárias à manutenção da vida, diante das dificuldades enfrentadas.

As associações comunitárias rurais são organizações formais criadas com objetivo de integrar as ações dos associados (agricultores e trabalhadores rurais) em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade à qual pertencem. Cada comunidade tem uma cultura e estrutura própria, as quais influenciam em sua forma de ação.

Segundo a Cartilha do Associativismo e Cooperativismo, o associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas e de formas democráticas. Uma associação pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica.

De acordo com Cardoso (2014), esse tipo de organização não tem como objetivo principal a atividade econômica, e sim a defesa dos interesses de um grupo de pessoas que descobriu na união de esforços uma solução mais próspera para determinados problemas.

Nesse sentido, a Associação de moradores do Sítio Alto surgiu em um contexto no qual as comunidades rurais dependiam deste mecanismo de forma geral para participarem de programas que ofereciam empréstimos, como o PRONAF B, construção de cisternas e casas.

Nesse cenário, o ponto de apoio da comunidade era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simão Dias, do qual Dona Josefa, Presidente da Associação, fazia parte.

Através dessa Associação a figura de Dona Josefa foi se estabelecendo enquanto líder local. Mulher negra, 58 anos, analfabeta, casada, mãe de quatro filhos. Anos de atuação local e participação em reuniões de vários órgãos como INCRA, EMDAGRO e outras entidades como a ASA, SASAC e demais associações rurais.

Vale considerar que as práticas de Dona Josefa enquanto liderança local, no início de suas atividades, era marcada pela influência política partidária do município, realizando troca de favores para garantir que o alimento chegasse até a comunidade.

Segundo relatos de Fernando dos Santos, morador local, nos últimos 20 anos prevaleceu no local o assistencialismo por parte de políticos e cabos eleitorais na região que se utilizavam das necessidades da população por garantia de votos nas eleições.

O abandono da comunidade por parte do poder público possibilitou a constante atuação do então político e vereador J. D., que atuava como intermediário na resolução de problemas locais desde conseguir consultas médicas e exames na sede do município e na Capital, a marcar reuniões da associação local para discutir possibilidades de melhorias na comunidade. Segundo relatos dos moradores, J. D. se fazia presente na maioria das reuniões das associações. E, após a sua morte em 2014, seu nome continua sendo dos mais citados por parte de todos os moradores entrevistados.

Como fonte de pesquisa, buscando compreender a dinâmica de funcionamento da Associação local, foram utilizadas as atas de registro de reuniões realizadas pela associação. Após analisar algumas atas de reuniões, nota-se a presença reduzida de mulheres, que se resume na maioria dos encontros à Dona Josefa, presidente da Associação, à tesoureira do Conselho fiscal, Dona Carmem Lúcia, e mais duas jovens da Comunidade. As reuniões tratavam de questões ligadas à aquisição de casas de alvenaria, empréstimos para realização de plantio e criação de animais, como galinha, carneiro e outros (apesar de os moradores não possuírem terras ou as mesmas em quantidade insuficiente para desempenhar as atividades). Até 2010 nota-se, pelo teor das atas das reuniões da comunidade, que as discussões giravam em torno da conquista de bens e suprimentos que pudessem garantir a sustentabilidade local.

A partir de 2010 o teor das Atas passa a aglomerar discussões sobre a herança quilombola da comunidade. Em conversas informais com algumas pessoas envolvidas nessas reuniões que não fazem parte da comunidade, ficou evidente a presença de agentes externos nestas reuniões, principalmente o envolvimento de políticos e cabos eleitorais. A presença do vereador João Déda foi a mais mencionada. Ao que consta nas atas, ele sempre estava presente e atuava como mediador entre a Associação e o INCRA, órgão em que trabalhava.

Ele (João Déda), vinha sempre, toda reunião ele vinha, e sempre que precisava de alguma coisa, Dona Josefa ia na casa dele para pedir. Seja para levar mulher para parir, seja para vê os documentos dos projetos da Associação. Quando ele estava na Endagro, chegava muita semente para a gente plantar (FERNANDO, março de 2016).

Dona Josefa na época pensava que quanto mais pessoas se fizessem presentes nestas reuniões, mais chances eles teriam de conseguir o reconhecimento de comunidade remanescente quilombola.

No período compreendido entre abril e setembro de 2016 participamos de 11 reuniões na comunidade e realizamos 23 entrevistas semiestruturadas com questionários abertos com moradores da comunidade de onde foi possível conhecer um pouco sobre a história de vida dos moradores e suas dificuldades de sobrevivência, assim como analisar a questão da etnicidade e do debate em torno da questão quilombola entre os que fazem parte da comunidade atuando ou não na associação local.

As reuniões serviam, de forma geral, para fortalecer a ideia de remanescimento quilombola e estabeleciam, através da comunicação com outras instituições, estratégias de continuidade da luta por melhorias, apesar de quase em sua totalidade os moradores não compreenderem do que se tratava a situação e umas questões mais levantadas se tratar de que tipo de benefício estava falando. Houve perguntas deste tipo: “o que ganho com isso?”, “vai ter casa?”, “vai ter terra?”, “vou gastar alguma coisa?”, “o que é esse tipo de coisa?”

Nesses 11 encontros foi possível observar que a comunidade elegeu o espaço dessas reuniões como próprio para definir como os moradores devem proceder e se organizar em relação à atual situação de comunidade reconhecida como remanescente quilombola. A articulação de Dona Josefa enquanto presidente da Associação é notória em suas falas perante os associados, exemplo disso é de uma de suas falas na reunião de 18/04/2016:

Josefa – Luto pela sobrevivência de nossa comunidade há anos. Todos nós sabemos de nosso passado, das histórias que meus avós me contava, do coração de nêgo, da fome, dos castigos. Somos quilombolas sim, vou continuar indo para as reuniões com as outras comunidades quilombolas, aprendendo, cantando nossas histórias (JOSEFA, em 18/04/2016).

Em outra reunião, ocorrida em 13/05/2016, os moradores (homens, mulheres e crianças) se fizeram presentes para comemorar o dia da abolição da escravidão, uma prática presente entre eles desde o ano de 2010, quando se passou a discutir sobre a herança histórica da comunidade. Nesse encontro, fizeram-se presentes os integrantes da manifestação cultural local, a dança de roda, da qual Dona Josefa e seu esposo fazem parte, cantando versos e dançando no terreiro da Escola.

“Sitio Alto segure sua bandeira não fique triste nunca pare de lutar.

Sitio Alto que um dia enfrentou tanta fome e miséria, tanta tristeza e dor, naquele tempo era grande o sofrimento daquele povo inocente, honesto e trabalhador.

Sitio Alto segure sua bandeira não fique triste nunca pare de lutar

Sitio Alto passou um tempo isolado escondendo o seu passado desse povo sofredor eles achava se contasse a verdade a sua comunidade ia perder seu valor

Sitio Alto segure sua bandeira não fique triste nunca pare de lutar.

Sitio alto é descendente de escravo daqueles negros sofrido que cresceram sem saber, o que era escola e o que é cidadania nada disso ele sabia nem direito nem dever.” (CANTIGA DE RODA UTILIZADA COMO HINO)

Houve a presença da Secretária Municipal de Educação, Patrícia Santana, junto a alguns diretores de Escolas de outras comunidades, assim como também alguns vereadores e o Prefeito atual. Neste dia não ocorreram grandes discussões, apenas apresentações dos alunos da escola local e o discurso do gestor municipal, no qual enfatizou os benefícios oferecidos pela sua gestão à comunidade, como a construção de uma quadra poliesportiva, ampliação da escola e promessa de construção de um centro cultural e Unidade de Pronto Atendimento.

Desde que a Fundação Palmares reconheceu a Comunidade Sítio Alto como remanescente quilombola que todo evento que ocorre na comunidade é motivo para aglomerar pessoas alheias ao processo, em especial cargos comissionados da Prefeitura Municipal que acompanham os secretários até a comunidade para divulgação de sua agenda na localidade.

Também acompanha a equipe de fotógrafos e marketing para posterior divulgação em sites oficiais.

A periodicidade de reuniões da Associação é de uma vez ao mês onde há uma presença mais significativa em termos de quantidade de associados quando a pauta tem relação com aquisição de alguns benefícios ou alguma novidade relacionada à questão quilombola.

A frase “somos descendentes de escravos” ou “eu sou negro e meus avós também eram” ou ainda “meus avós eram escravizados e castigados” tornaram-se frases comuns que são ditas por diversos moradores, homens, mulheres e crianças, em especial durante debates nas reuniões.

Paulo Batista, morador do Sítio Alto, ressalta, em 26/07/2016:

Nós da comunidade cansamos de tanta mangação, de tanta esmola, nós queremos dignidade para todos. Quando desço a serra para trabalhar na secretaria de saúde e vejo como as pessoas da cidade nos enxerga fico triste. Pensam que aqui ninguém trabalha e que vivemos de esmolas e ajudas. Não é bem assim, tem pessoas que trabalham fora, descem a serra, pegam a estrada e vão pra cidade trabalhar. Em casa de família, no sindicato, eu na secretaria de saúde e tantos outros. Fernando trabalha com informática e tem gente estudando, como João para ser médico, isso nos orgulha. Com a construção da UBS (Unidade básica de Saúde) as coisas vão melhorar. Sítio Alto que uma nova cara, somos trabalhadores, as condições da comunidade, a falta de terra, o abandono por três séculos nos fez assim (PAULO BATISTA, em 26/07/2016).

Relatos como o de Paulo são comuns de ouvir entre os moradores que possuem grau de escolaridade acima do Ensino Médio, que questionam a visão que se perpetuou no imaginário da população do Município, de olhar para o Sítio Alto como um lugar para encaminhar o que eles chamam de ajuda ou esmolas. Tais ajudas eram aceitáveis em outros tempos por parte da maioria, mas conforme foram se implementando discussões na comunidade sobre a questão quilombola e seus significados, conforme a comunidade foi recebendo visitas de instituições variadas a autoestima de muitos foi sendo elevada ao ponto de se autodeclararem negros e de reivindicar sua condição e conseqüentemente as políticas públicas de reparo que existem para assisti-los de alguma forma no lugar de receberem donativos provenientes de campanhas que reforçam em seus discursos a ideia de lugar de fome e miséria e de pessoas que não trabalham por algum motivo.

O papel do associativismo local parece importante na Comunidade, pois a atuação da Associação tem sido significativa para a implementação de discussões relacionadas à integração da comunidade aos movimentos quilombolas que existem em Sergipe e no restante do país,

inserindo o Sítio Alto em uma agenda permanente de debates externos, garantindo a visibilidade da comunidade perante o poder público e sociedade civil.

O associativismo, entendido como forma de organização civil para reivindicações de direitos e estabelecimento de diálogo com agentes externos à comunidade tem ganhado espaço entre grupos étnicos. No caso do Sítio Alto parece que o associativismo surgiu na comunidade atrelada com o clientelismo pela presença constante de vereadores atuando junto à presidente da Associação. O associativismo foi iniciado na comunidade almejando o acesso ao crédito bancário e a construção de cisternas e casas populares, sendo que a primeira opção se tornou inviável, como já mencionado, devido à escassez de terra e à falta da documentação oficial de posse delas por parte dos associados.

A associação em uma comunidade deve estabelecer relações de colaboração baseadas em confiança e vínculos entre os associados, incentivando através de reuniões e discussões a participação democrática e a luta pelos direitos sociais, de modo a auxiliar na implementação de políticas públicas.

A existência de uma Associação organizada e regulamentada possibilitou, apesar das relações clientelistas estabelecidas, que o Sítio Alto tivesse uma porta-voz, no caso Dona Josefa, envolvida em situações de resoluções de problemas, sendo um elo entre a comunidade e as redes de relacionamento estabelecidas com outras instituições externas, a exemplo do Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Emdagro.

3.4 LAÇOS E TERRITORIALIDADE

A comunidade Sítio Ato se apresenta como uma comunidade rural, onde os moradores em sua maioria são parentes, com exceção das últimas famílias constituídas, que absorveram moradores de outras localidades.

Nessa comunidade há a construção de vínculos, pode-se dizer de parentesco e de compadrio, além da noção de pertencimento ao território. Em relação à ancestralidade, há a

necessidade notória de reforçar o passado associado à escravidão através dos relatos e de histórias contadas. Há o cuidado com os mais velhos da comunidade e com locais considerados como importantes para os moradores.

A memória é tida como elemento fundamental para resguardar os seus feitos e sua ancestralidade. O modo como a comunidade fala sobre si, principalmente através da fala de Dona Josefa, reforça como os mais velhos se sentem, e como se percebem em meio ao seu passado histórico, narrando as atividades desenvolvidas por seus antepassados na fazenda Rio dos Negros.

Dona Josefa, líder comunitária, em seus depoimentos sempre relata os feitos de seus pais e avós, e as dificuldades enfrentadas pelos moradores, principalmente no período de seca. Os moradores desprovidos de alimentação, ingeriam água morna, usavam folhas de bredo (*Amaranthus viridis*) e manja gome (*Talinum patens*), olho de macambira (*Bromelia laciniosa*), entre outras. A única fonte de trabalho durante muitas décadas era a Fazenda Quingibe, que empregava temporariamente parte significativa dos homens e mulheres do Sítio Alto. Parte das terras desta fazenda eram disponibilizadas para o plantio de roças e subsistência local, como troca os trabalhadores formavam o pasto para o gado dos proprietários da fazenda. No ano de 1997, a fazenda em questão foi ocupada por agricultores que faziam parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Em seguida da ocupação, a terra foi doada aos ocupantes através do INCRA, transformando a fazenda Quingibe em Assentamento denominado Oito de Outubro.

Sobre a situação da comunidade, Dona Josefa conta que:

Hoje em dia a gente vê muito chapéu e poucas cabeças e muitas brigas, vê muitas crianças verem o osso do boi e perguntar o que é, porque hoje só tem milho, milho, tudo envenenado. Antes tinha muito gado, que desapareceu. Antes tinha a plantação de feijão que dava as mulheres um ganho, e agora tem apenas milho e a devastação (DONA JOSEFA, 2015).

Para enfrentar as dificuldades, os moradores da comunidade foram recebendo doações vindas de várias partes do município e criaram laços de solidariedade, contribuindo uns com os outros na edificação dos barracos para servirem de moradia para as famílias com material extraído das matas, como madeira, cipós e barro. Assim, durante muito tempo predominavam

as casas de taipa e de sopapo. E quando um barraco era levantado para mais uma família, uma festa era feita, onde entoavam cantos e praticavam a dança de roda e o samba de coco. Havia a prática dos moradores criarem versos e trovas, formando rodas.

Quando as cabras se deitam
Os cabritos se remorrem, (...)
Beijo de moça (...)
Velha de velha enrolou
Quando arrumou os casamentos
E as velhas se levantou.
Veia arrumou um casamento
E a velha dizia: Se eu casasse com o velho
Eu morria de sorrir
Eu fazia uma cama alta
Pro velho não se subir
E o velho respondia:
Se eu me casasse com a velha
Eu dava tanta risada
Eu me levantava cedinho
E dava um banho na coitada.

E através de versos, apesar das dificuldades enfrentadas, os moradores se distraíam e iam seguindo seu dia a dia. Esses versos simbolizam a cultura local, desde as suas práticas agrícolas aos eventos locais e os relacionamentos entre as pessoas. De predominância negra, os moradores locais possuíam o hábito de falar alto e gritar uns pelos outros, fazendo com que a comunidade fosse chamada também de “alto do galo assanhado”.

Em Sítio Alto, as relações que se pode chamar de parentesco estão relacionadas mais ao convívio do que com a consanguinidade. Algumas famílias são diversificadas em sua composição, tendo recebido novos membros provenientes de povoados vizinhos e de outros municípios.

Ainda há a presença de famílias que se formaram a partir da união entre famílias, por exemplo, casamento entre primos, mas, independente da forma de composição familiar, os moradores do Sítio Alto estabelecem relação de parentesco que tem sido efetivada pela

convivência no dia a dia da comunidade e no desenvolvimento das atividades laborais e culturais, estando as relações de parentesco relacionadas ao afeto e vínculo de solidariedade.

Há o respeito aos idosos da comunidade e a forma de estes compreenderem as coisas, de como lidam com as situações. Também foi notado como comum o fato de os mais novos serem apadrinhados pelos mais velhos na comunidade e em como as famílias se relacionam através desses apadrinhamentos, possibilitando intimidade maior entre os vizinhos, de maneira que os padrinhos e afilhados passam a ser incorporados pelas famílias destes como membros.

3.5. DONA JOSEFA E A DANÇA DE RODA

“ Se uma pessoa não tem semente como é que ela vai plantar?”

(Dona Josefa)

Josefa Santos de Jesus, 58 anos, conhecida como Dona Josefa ou Dona Finha, casada com seu José (Zé de Totó), tem a sua história de vida entrelaçada com a história da Comunidade Sítio Alto. Mãe de quatro filhos, é sócia fundadora do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Simão Dias, membro da Pastoral da Criança, Conselho de Saúde, Comissão Municipal da ASA e presidenta da Associação comunitária do Sítio Alto.

Dona Josefa é considerada, na comunidade Sítio Alto, uma madrinha de todos, possuindo uma trajetória de luta junto às Instituições de Sergipe em busca de melhorias para a comunidade. Por ser a presidente da Associação local, possui influências entre os moradores e estabelece contato constante com diversos órgãos do Governo Municipal e Estadual que atuam com programas e projetos sociais que possam vir a atuar na comunidade.

Desde a Fundação da Associação de moradores local que Dona Josefa atua como presidente até os dias atuais, possuindo uma agenda semanal de participação em encontros

diversos no município, Estado e Região Nordeste, onde tratam de questões ligadas à educação, território, manifestações culturais e programas sociais.

Foi responsável pela ida de algumas instituições até a comunidade nos últimos anos, como a SASAC, ASA, Pastoral da Criança. Assim como também, por meio das amizades no Sindicato de trabalhadores rurais do município e com um vereador João Déda, deu início à inserção do assistencialismo na comunidade que representava, buscando melhorias para os moradores que na época viviam em casas de Taipa e passam fome frequentemente.

Em 2010, inscreveu o Projeto “O Sítio é Alto mas a dança é de roda” em um Programa do Banco do Brasil, buscando dar sustentação à manifestação cultural presente na comunidade. Devido à organização da Associação, que, apesar de ter sido administrada por pessoas com baixo nível de leitura e escrita, estava com toda documentação e prestação de contas em dia, possibilitando sua aprovação, permitindo ao grupo de dança de roda confeccionar suas roupas e comprar instrumentos para se apresentarem em outras localidades.

A presença do já mencionado vereador, durante os últimos 15 anos, foi muito frequente na comunidade, sempre auxiliado por Dona Josefa, este conseguia dar assistência médica aos moradores, transportando-os para a cidade de Aracaju, marcando consultas e exames, prática comum de assistencialismo local. Também o mesmo realizou inúmeras reuniões na comunidade para tratar de projetos de incentivo ao pequeno agricultor e construção de casas populares em substituição às casas de taipa que eram maioria na localidade. Tal atuação fez com que durante vários pleitos eleitorais o tal vereador obtivesse um quantitativo significativo de votos nas urnas da comunidade. Também motivou que outros candidatos rivais tentassem obter êxito com as mesmas práticas e desenvolvendo a compra de votos na região, vista por muitos como bolsão de pobreza.

O vereador faleceu em 2015, abrindo espaço para que no pleito eleitoral de 2016 outros candidatos buscassem ter o mesmo espaço na comunidade, fazendo uso de velhas práticas clientelistas e assistencialistas.

Dona Josefa, sempre muito atuante, em todos os lugares por onde andava sempre procurava divulgar a dança de roda e mostrar a realidade em que viviam os moradores do Sítio Alto. Desta forma, narrando a trajetória da comunidade, suas dificuldades, enfatizando suas origens relacionadas aos negros e trajetória de sofrimento, aos poucos foi incorporando em sua fala o discurso de remanescente quilombola, conquistando espaços e participando de mesas de

discussões em reuniões, congressos e encontros de variadas naturezas, e sempre cantando versos utilizados por eles na dança.



*Dona Josefa no ato Semiárido Vivo, em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), em 2015
/ Foto: Agnaldo Rocha*

Figura 02: Participação de Dona Josefa em movimentos.

Fonte: Jornal o Candeeiro.

A partir da iniciativa de Dona Josefa, foi implantada a prática de guardar sementes para plantio e doação aos que não possuem nenhum grão para plantar na comunidade. Contam hoje com 10 famílias que guardam sementes, são 17 tipos de feijão.

Texto extraído do Boletim Informativo O Candeeiro:

“Ainda tem aqueles que acham que a semente que vem da rua é mais bonita, e aí perde o tempo de plantar porque as vezes não tem dinheiro para comprar mas quem tem a semente logo na chegada do inverno a gente joga logo a semente no chão e alguma coisa sempre dá. Aqueles que me pedem, eu sempre dou, e isso tem evitado a fome grande na nossa comunidade”.

Como a comunidade possui casa de farinha, o mesmo eles fazem com o plantio de macaxeira e assim garantem a subsistência através do tradicional feijão com farinha. Desde

2014 que Dona Josefa vem participando de encontros no Centro Dom José de Castro em Aracaju (SE), onde o movimento quilombola de Sergipe tem discutido a agenda de luta e reivindicações.

A Presidente da Associação relata que a relação com as demais comunidades nos últimos anos tem sido amigável, sendo que alguns moradores do Alto, por ainda possuírem vergonha quanto à trajetória de seus ancestrais, continuam a se identificarem como moradores de outros lugares.

Era muito comum, o povo dizer que morava em qualquer lugar, menos no sítio Alto, se olharem nos documentos por aí, é capaz de uma mesma pessoa ter cinco endereços diferente, porque quando iam cadastrar para qualquer coisa, diziam que moram no Cumbe, no Apertado de Pedras, na Lagoa Seca, para receber a cesta básica era assim e para bolsa família também, a mesma coisa quando os benefícios chegavam para a associação dos outros lugares e não vinha para a daqui. Aí para não passar fome, tinham que dizer que eram de lá (JOSEFA, Entrevista em maio de 2016).

A presidente da Associação também traz relatos de que a situação da comunidade se agravou com a chegada do MST, que assentou várias famílias vindas de outras localidades na fazenda ao lado do povoado. Antes do Assentamento as pessoas plantavam nessa fazenda o que garantia o sustento da comunidade, porque os moradores do Sítio Alto de forma geral não possuem terras onde plantarem, possuindo no máximo 01 tarefa de terra, o que não é suficiente para garantir o sustento de toda a família ao longo do ano. A falta de terras dificulta também que as mães da comunidade tenham acesso ao auxílio maternidade, devido à exigência da assegurada possuir ITR.

Atualmente a Associação Comunitária possui 198 associados que pagam mensalmente o valor simbólico de R\$1,00 (um real). A junção desses valores, segundo anotações no livro de atas da Associação, é destinada ao pagamento de passagens para os membros da comunidade participarem de reuniões externas, assim como para refeição nestes momentos.

Através da SASAC (Sociedade de Apoio Sócio Cultural e Ambientalista) colocam-se em foco questões como: Ambiental e Cultural, a mesma disponibiliza uma Minibiblioteca (Arca das Letras) existente na comunidade há mais de 5 anos, ampliando o processo de aprendizagem das crianças e jovens. A pastoral da criança tem como objetivo a promoção do desenvolvimento integral de crianças entre 0 e seis anos de idade em seu ambiente familiar e em sua comunidade que ameniza significativamente o devido acompanhamento infantil no povoado.

Dona Josefa, em cada entrevista, faz questão de enfeitar a sua fala sobre seu povo, entoando alguns dos versos de autoria própria, utilizados na dança de roda, manifestação popular que sobrevive dentro da comunidade e que serve como divulgação em várias localidades sobre a cultura do Sítio Alto.

*Agricultor veja o que vou dizer/
 Vou contar sua história para todo mundo ver/
 Pra vê de entende a sua situação/
 Que muitas vezes tem o direito e muitos não dá razão/
 Mulher da roça, mulher da roça/
 Pele queimada, cabelo seco e mão grossa/
 O agricultor vai pra roça com a mulher/
 Chega lá eles dividem o trabalho que vão fazer/
 Eu planto milho, oh mulher, planta o feijão/
 Pra vê se sobra um tempo pra amanhã ganhar o pão.
 Mulher da roça, mulher da roça/
 Pele queimada, cabelo seco e mão grossa/
 No outro dia ele pega a sua enxada/
 Vai fazer as suas empreitadas por aí por onde achar/
 Não tem plantão e não tem carteira assinada/
 Não tem casa, nem moradia, vive aqui, vive acolá./*

(Cantiga criada por Dona Josefa e utilizada na dança de roda da comunidade)

É assim, cantando o sofrimento de seu povo, que alguns moradores do Sítio Alto vivem à procura de valorizar a sua gente, expressando-se por meio de cantigas e do difundido samba de roda da comunidade, que atualmente se constitui como um movimento cultural do município de Simão Dias.

Em visita à residência de Dona Josefa, foi possível visualizar alguns objetos que se mantêm como herança de seus pais e que, segundo ela, retratam um pouco da trajetória cotidiana do povo do Sítio Alto. Tais objetos que fizeram parte do dia a dia dos moradores mais idosos geralmente são apresentados aos que sobem até o Sítio Alto.

Segundo os moradores de Sítio Alto, a dança de roda é oriunda do período da escravidão. Quando saíam da senzala, os escravos faziam uma festa para animar o povo. Nesse sentido a tradição sobreviveu ao tempo, transformando-se na principal manifestação cultural.

Vista como uma manifestação cultural, a dança de roda surge em meio às marcas de um viver rural de tradições culturais. Sua expressão artística perpassa pelo aspecto da diversão, do lazer, do espaço festivo, alegre. Os ritmos dessa tradição cultural resistem às diferenças sociais e atendem a um anseio de socialização e sobrevivência do grupo.

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem enfatizado as trajetórias de populações africanas e afro-brasileiras, redefinindo uma atuação ativa, de resistência e de luta pelo reconhecimento de suas experiências e contribuições à sociedade. As práticas culturais, como os batuques frequentes nas senzalas, representavam forma de superar o processo escravista, de rememorar suas histórias e tradições. O corpo que interage com a música e que se entrega aos ritmos do batuque, através da dança, é o mesmo corpo que é violentado e reprimido pela escravatura (SODRÉ, 1998). Os batuques dos negros nas senzalas deram origem a outras danças africanas, em destaque o samba. De acordo com Cascudo (2010), “a dança de roda, inicialmente é o mesmo batuque [...] Determinou o verbo sambar, dançar, e sambista quem canta ou dança o samba, que provém do samba, umbigada em Loanda” (2010, p. 789).

Dona Josefa faz questão de evidenciar sempre em suas entrevistas a herança cultural da dança de roda, sua importância para a comunidade local, aliviando as tristezas e mazelas da localidade. De algum modo a dança de roda se tornou algo que simboliza a comunidade no mundo exterior, ou seja, em outras localidades.

Em comunidades rurais, a simplicidade e a tranquilidade são características marcantes na vida dos moradores. O sentar nas portas de casa, andar livremente, passear e brincar pelas estradas e pelos quintais, enquanto estão trabalhando ou se dirigindo para executar atividades, tornam-se atividades prazerosas e descontraídas, muitas são realizadas em clima de diversão, como se eles soubessem aproveitar o tempo e usar esses afazeres como atrativos para o cotidiano. A dança de roda, nesse aspecto, torna-se um atrativo local, um momento de integração para os que aceitam a dança.



Figura 03: Participação de Dona Josefa em evento nacional.

Fonte: Acervo particular de Dona Josefa.

A Figura 03 representa um dos momentos em que Dona Josefa representou a Comunidade fora dela. Segundo a mesma, tais momentos são considerados como fundamentais para o amadurecimento da Associação de moradores, assim como para o seu crescimento, conhecendo agendas e pautas estaduais e nacionais e trazendo para a comunidade o retorno dessas discussões por meio das reuniões da Associação.

3.6 MANIFESTAÇÕES E PRÁTICAS CULTURAIS NA COMUNIDADE

A construção coletiva de versos e trovas por parte dos moradores do Sítio Alto se constitui em elementos identitários para a comunidade, e as memórias dos moradores se misturam meio aos cantos e a dança, a identificação com o território como herança, as relações de parentesco, as letras das músicas.

A dança de roda e suas reminiscências no Sítio Alto são evidenciadas com frequência como algo que é ponto de referência e de ligação com o passado e na própria construção do território e da identidade étnica dos moradores. Isso se manifesta nas conversas com os interlocutores e as interlocutoras, como também nos documentos consultados nas residências dos moradores da comunidade.



Figura 04: Componentes da Dança de Roda do Sítio Alto

Fonte: Acervo da exposição “Sítio Alto: memórias” – Memorial de Simão Dias

Os diálogos ocorridos com os moradores de Sítio Alto demonstram que há um entrelaçamento com acontecimentos que fundamentam a reivindicação feita por eles para serem reconhecidos como comunidade remanescente. É possível entender o Sítio Alto enquanto comunidade que dá sinais de sua etnicidade através do trabalho e da festa, no qual percebe-se que as atividades socioeconômicas estão associadas aos seus elementos culturais.

É através do canto, da dança que o povo do Sítio Alto tem buscado definir sua identidade, sua territorialidade, reconstruindo de forma simbólica valores do passado para a geração atual, com o intuito de expandir as suas tradições.

São muitas as comunidades remanescentes quilombolas que utilizam a dança de origem africana e suas práticas culturais, tendo a dança nessas comunidades adquirido significados para a sua identidade. As festas entendidas como costumes adquiridos pelo homem em sociedade são permeadas de símbolos. Em se tratando de comunidades rurais negras, “a festa” pode ser

compreendida como um saber informal, expressado pelas representações feitas por aqueles que as fazem. Compreendendo as festas como conhecimento, estas estão sujeitas as mudanças e reelaboração por parte de seus participantes.

O Sítio Alto tem, na dança de roda, um movimento de ressignificação de seu passado. Através da dança, os moradores de Sítio Alto transmitem suas histórias e memórias de outros tempos, passando de geração a geração seus saberes, sejam eles medicinais ou as práticas cotidianas, como a cantoria, a plantação, o namoro, a criação.

As danças existentes nessa comunidade compreendem um processo de construção e reelaboração que passa pela origem histórica, a estética e a sua representação na sociedade.

Perguntado a um morador sobre como eles fazem para manter os grupos de dança de roda da comunidade, este respondeu:

Nós contamos com a boa vontade de todo mundo que gosta da dança. Ganhamos os tecidos, as vezes compramos, e aí um costura, o outro ajuda. Chegou gente diferente aqui em cima, juntou meia dúzia de morador e já nos pegamos dançando, cantando e gritando no terreiro. (Entrevista cedida por Joaquim em novembro de 2016).

Na narrativa de Seu Joaquim, destaca-se a busca identitária, a dança de roda como um elemento unificador da comunidade, mesmo daqueles jovens que não dançam, mas reconhecem a dança de roda de sua comunidade. Como mencionado em outro tópico, os dançadores de roda possuem vestimentas hoje padronizadas e são convidados para se apresentarem em pequenos e grandes eventos promovidos por instituições diversas, que vão desde inaugurações a festividades culturais. Em especial no dia da consciência negra, o grupo se apresenta anualmente em sua comunidade e em escolas públicas localizadas no município de Simão Dias.

Antes da visibilidade adquirida, o grupo de dança de roda não possuía vestimentas padronizadas, eram, como já citado anteriormente, feitas de sobras de tecidos diversos que eles conseguiam.

Hobsbawm (2008, p.12) considera “que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”.



Figura 05: Inserindo a Dança de roda na prática escolar.

Fonte: Acervo de Dona Josefa.

Conforme é possível perceber na Figura 05, os moradores do Sítio Alto utilizam a dança de roda como uma forma de estabelecer um elo entre o passado e o presente, buscando cultivar nas crianças e jovens da comunidade a curiosidade sobre a dança.

Foi frequente nas visitas realizadas à comunidade ouvir cânticos, seja entre uma conversa e outra, seja em momentos de festividades local. Segundo Joseilda de Jesus, as músicas eram criadas de acordo com o que vinha na mente e as pessoas que ficavam perto envolvidas com aquilo seguiam repetindo e cantando. Dona Josefa reforça que não havia remédios comprados na comunidade, que eles cantavam e espantavam as doenças. Ninguém sofria de pressão, nem de depressão, nem de diabetes, as doenças se acabavam com as pisadas que eram dadas no chão, cantando e dançando. Seguem alguns dos cantos mais entoados na Dança de roda:

Praiana chora, chora praiana,
 Oh! Praiana chora aêêê
 Chora praiano, chora praiano,
 Meu amor tanto bem
 Que eu te queria
 E foi-se e embora e me deixou

Outra muito cantada é:

Mamãe mandou fazer mariquinha
 Um vestido para eu vestir,
 E o vestido que minha mãe fez mariquinha
 A roda é desse tamanho
 E o babado era costurado
 Assim, assim, assim.

Dona Josefa conta que, para os jovens namorarem, aproveitavam os momentos de dança e de distração porque os pais prendiam as meninas. E assim inventavam músicas no meio da dança em que, junto com as batidas das enxadas, iam fazendo versos, de modo que as meninas falavam os versos e em seguida os rapazes respondiam:

“Ô cirili, oh meu bem, ô cirilá
 Tomaram meu amor
 E me deixaram sem amar,
 Tomaram meu amor
 Quero ver você acabar.
 Eu acabei tô acabada
 E acabei de uma vez
 Eu não sou feijão de corda
 Que enrama duas vezes”
 Ô cirili, ô cirilá
 Agora arrajei outro
 Quero vê você tomar, (...)
 Só não tomo seu amor
 Na hora que eu num quiser (....)
 Se a moça estivesse interessada por algum rapaz, respondia-lhe:
 Ô menino camisa verde
 Me diga quem costurou
 Que eu quero colocar
 Meu nome no atalho que sobrou.
 E respondiam todos:
 Ô cirili
 Ô meu bem ô cirilá

Agora arranjei outro
 Quero ver você tomar
 Ô menina diga a seu pai
 Que não como camarão
 Que ele tá para ser meu sogro
 E você, meu coração.
 E, caso ela não quisesse, cantavam:
 Saí daí pinto pelado
 Vai te lavar num munturo
 Que as meninas só te chamam
 Saruê do cabo duro.

Mesmo com grande popularidade da dança de roda na comunidade, ela ainda é alvo de preconceito por parte de algumas famílias. A família de dona Josefa conduz o direcionamento atualmente do grupo e seus entes participam, a própria Dona Josefa e seu esposo, seu José, seus filhos e netos. Além destes, vários jovens da comunidade e seus pais.

Quando analisados os passos seguidos durante a dança, percebem-se alguns elementos simbólicos presentes em cultos de religião de matriz africana. Porém, do que ficou aparente nas entrevistas realizadas com os participantes da Dança de roda é que eles não fazem a associação da religiosidade com a dança. O que predomina é a cultura e tradição de em momentos considerados festivos por eles haver a necessidade de fazer a dança, ali mesmo, nos terreiros das casas como os mesmos falam, por exemplo, quando nasce alguma criança na comunidade, no momento que eles chamam de meladinha da parida, nos casamentos, aniversários e sempre que aparece alguém para visitar e que desperta a curiosidade sobre a dança

Apesar de a dança de roda ser considerada a principal manifestação cultural local, há a presença de outras atividades culturais, a exemplo do reisado, que foi reestabelecido no ano de 2017 através da atuação de Dona Josefa, que recrutou meninas na comunidade para praticarem os cantos e danças que antes eram frequentes na comunidade. Para possibilitar as apresentações externas, foram elaboradas roupas padronizadas e chapéus com laços de fitas coloridos.

A prática de fazer promessas a vários santos em determinadas épocas do ano apareceu nos diálogos com os moradores, assim como os que tinham esse hábito também realizam as chamadas ceias como pagamento das promessas.

Dentre as manifestações culturais percebidas, surgiu uma que despertou a atenção, a chamada “Ceia para os cachorros”. Essa ceia, segundo Dona Maria, moradora local, era organizada quando o morador possuía um cachorro bom caçador e quando acontecia de adoecer, o dono fazia promessa a São Lázaro. Caso o animal fosse curado, uma ceia era realizada para os cachorros. Essa ceia era composta somente de carne e era servida aos animais em público.

Também eram realizados casamentos na fogueira que era considerado como um casamento oficial, e nos festejos de casamento as trovas também se faziam presentes.

Viva meu pandeiro, viva meu ganzá
 Viva Deus do céu e o povo desse lugar!
 Oh! Dona Santa, saia da cozinha
 Venha ver sua menina como estava bonitinha!
 Oh! Seu Zé, saia do salão
 Venha encontrar Dedé
 Com uma garrafa na mão,
 Viva meu pandeiro, viva meu ganzá
 Viva Deus do céu e o povo desse lugar!

3.7 A RELIGIOSIDADE

Em comunidades tradicionais a religião tem sido um dos elementos culturais mais vivos e presentes no cotidiano. No Sítio Alto, a religião é marcada pelo abandono de práticas religiosas de matriz africana e ascensão do catolicismo, e de forma mais recente a influência ainda pequena de igrejas evangélicas.

Há um cruzeiro, no centro da comunidade, segundo a tradição oral local, havia um negro de idade avançada, chamado Anísio que fez uma promessa e, como pagamento, construiu um cruzeiro. Relata-se que a promessa feita tinha relação com o sofrimento dos negros da comunidade ocasionado pela perseguição que a polícia fazia a estes, que eram recrutados, inclusive para irem à guerra. Para não participarem das atividades de guerra, muitos negros

fugiam e se escondiam no alto, cuja vegetação era fechada e possuía grotas. As missas eram realizadas defronte ao cruzeiro.

Para a construção da capela, Dona Josefa doou terreno, e a comunidade realizou um mutirão, os moradores doaram a madeira, telhas, ripas. Após a construção da igreja, o santo padroeiro foi escolhido. A comunidade possui devoção por Santo Antônio dos pobres e realiza suas festividades durante vários meses do ano, em especial no mês de outubro, quando são celebradas novenas, dias consecutivos, e culmina com uma procissão e missa solene celebrada pelo pároco municipal.

No passado havia a festa para Nossa Senhora do parto, na qual as meninas vestiam branco, com uma vestimenta específica elaborada pelo organizador da novena, havia a representação de Madalena e de anjos. O cotidiano do povo do Sítio alto é permeado por credences e ritos, que vão desde rituais antes de dormir, após as refeições e ao acordar, que nos tempos atuais são seguidos pelos moradores mais antigos.

“Com Deus eu me deito e com Deus me levanto

Com a virgem Maria e o Divino Espírito Santo.

Quando eu dormir, eu quero acordar, quando eu morrer,
eu quero alumiar, no outro mundo onde minha alma chegar.”

Pode-se dizer que a religião era e é vivenciada pelos moradores do Sítio Alto através do culto aos santos católicos, para os quais realizam promessas a fim de terem suas solicitações realizadas. A relação com os santos no imaginário dos devotos da comunidade é representada pelas novenas realizadas nas casas e nos altares montados no interior das residências, onde é colocado o santo de devoção para realização das orações diárias. Algumas famílias realizam festas anuais para os santos das quais participam toda a comunidade.

Desse modo, a religião torna-se responsável pelas festividades na região, através das novenas, da festa principal em homenagem a São Francisco de Assis e de momentos de oração no cruzeiro e nas residências, conforme criação de correntes de oração.

Dona Josefa, em entrevista, destaca que seus antepassados realizam “cultos da umbanda”, mas que, com o passar do tempo, foram sendo abandonados. Hoje os moradores evitam falar sobre os cultos e negam a existência de terreiros no local. Esse possível sentimento

de negação é um reflexo dos preconceitos vivenciados pelos moradores em relação aos seus vizinhos das outras comunidades.

Existiam várias tradições no passado associadas ao catolicismo que foram se perdendo com o tempo, a exemplo das festividades para Nossa Senhora do Parto. Na ocasião eram vestidas várias meninas de branco, de “mordoma”, de Madalena e anjos e participavam as mulheres grávidas e devotas da santa. Essas festividades reuniam os moradores, que demonstravam a sua fé. Nesses tempos passados, a igreja católica não era tão presente no local enquanto ações desenvolvidas pela instituição. No entanto a fé católica era proclamada através dos modos de viver dos moradores, que realizam suas práticas e criavam um jeito próprio de cultuar as imagens e realizar suas celebrações.

Com a melhoria da estrada que dá acesso ao local, a Igreja Católica passou a se fazer presente através da Pastoral da Criança e na realização de missa mensal, o que fez com que algumas práticas aos poucos fossem deixando de acontecer, como por exemplo a festa de Nossa Senhora do Parto.

A religiosidade na comunidade de algum modo contribui para o aumento do sentimento de pertencimento ao grupo, dando legitimidade ao seu caráter comunitário e contribuindo para a construção

3.8 O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

A trajetória das mulheres do Sítio Alto tem passado por mudanças, levando-se em consideração que essas mulheres têm formado nova identidade, modificando seu papel no lar e na comunidade, além de se autorreconhecerem enquanto mulheres negras e quilombolas perante a população do município.

A atuação de algumas mulheres em movimentos externos à comunidade tem possibilitado a estas um maior envolvimento em questões de ordem política e social. São elas que representam a comunidade externamente. Enquanto que os homens são mais tímidos e evitam debates em público, há mulheres na comunidade, em especial as mais jovens, que viajam

e constroem novas redes de relações que fortalecem a luta pela titulação da comunidade como remanescente.

A participação das mulheres da comunidade Sítio Alto em espaços de decisão como na associação, nos encontros da rede quilombola e em atividades ligadas ao Sítio Alto em outras cidades é importante para a (re)significação dessas mulheres enquanto ser social e político, formando novas lideranças na comunidade além da presença de Dona Josefa, que foi a pioneira.

Historicamente as mulheres possuem uma trajetória de luta, e é por volta de 1980 que nascem os movimentos de trabalhadoras rurais no país. As mulheres passaram a fazer parte de Sindicatos filiados à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) ou à CUT (Central única de Trabalhadores). Por meio de eventos como: encontros, congressos, passeatas se expressam e ganham visibilidade. Os movimentos sociais de mulheres rurais cresceram em grupos organizados e ganharam novas proporções na atualidade. Deus (2011) enfatiza que:

Falar da mulher quilombola e do seu papel na sociedade, não se restringe ao reconhecimento da luta das mulheres negras em geral, porém, o empoderamento destas perpassa as referências históricas, na medida em que constituem uma trajetória de luta e contraposição dos espaços de invisibilidade, opressão e desigualdade. É nesse sentido que as identidades se sobrepõem, se entrecruzam e se acumulam, viabilizando a análise por uma perspectiva interseccionalizada (DEUS, 2011, p. 110).

Na sociedade hodierna, sob uma organização ocidental descendente de uma cultura patriarcal, machista, conservadora e centralizadora, o papel da mulher ainda é marcado pela submissão e, prioritariamente, pela responsabilidade em relação aos afazeres domésticos e desenvolvimento dos filhos. Ao homem, por sua vez, cabe o sustento da casa, sendo o principal responsável pela manutenção material da família.

Nessa concepção, que caracteriza a divisão sexual do trabalho, os papéis sociais do homem e da mulher na família são bem marcados: ao homem é destinado o trabalho remunerado e a vida pública; enquanto à mulher são designadas as atividades circunscritas ao espaço privado do lar, acumulando a responsabilidade na criação dos filhos, o cuidado com o marido e as tarefas domésticas.

Andando pelas estradas que fazem parte do Sítio Alto, avistam-se os pequenos terrenos para plantio assim como os quintais das residências que possuem cerca de madeira, mas não

possuem muros. Observando durante algumas visitas a dinâmica da vida social da mulheres da comunidade, nota-se que as que possuem idade mais avançada tiveram muitos filhos, um número que varia de 07 a 18, tendo muitos ido a óbito, principalmente devido a quase nulidade de acesso ao atendimento médico de urgência. Casadas em sua quase totalidade, mantêm uma vida associada ao trabalho doméstico e ao plantio para subsistência. Segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social, das mulheres com faixa etária entre 29 e 70 anos, 79% não são alfabetizadas, destas, 72% sabem apenas assinar seus nomes nos documentos.

Em entrevistas realizadas com uma amostra de 16 mulheres, destas apenas 06 vão à cidade de Simão Dias com frequência, visitando a feira local que acontece aos sábados e indo até a casa lotérica para retirada do benefício do Bolsa Família. As demais dependem da atuação dos seus respectivos maridos e pouco saem de casa, com excessão de algumas atividades na comunidade e visita a seus familiares.

A união entre casais na comunidade é realizada geralmente entre primos, salvo alguns casos de homens e mulheres que buscaram seus companheiros em outras comunidades, o que possibilitou uma mistura de identidade e características entre algumas famílias. Dentre as quais algumas têm membros que se autodeclararam no IBGE como sendo brancos, outros pardos. No último censo demográfico a maioria se autodeclarou como preto, totalizando uma média 72% da população local.

A presença de Dona Josefa, como já foi mencionado em outros momentos, é um marco na mudança de comportamento das mulheres na comunidade. Eleita líder comunitária durante os últimos vinte anos, Dona Finha abdicou de parte de suas tarefas diárias em casa para percorrer as inúmeras reuniões das quais foi convidada a participar fora da comunidade. Ganhou força ao dominar o microfone nas mesas de debate que participa defendendo através da dança de roda e de seus versos a cultura e história do Sítio Alto. Mãe de muitos filhos e netos, tem vivido mais tempo em topic e ônibus do que em sua própria casa.

Nos últimos anos Dona Finha, como também é conhecida, tem encaminhado algumas jovens a participar do movimento negro em Sergipe, de Reuniões de grupos de mulheres negras e também das reuniões estaduais sobre os Territórios. A partir dessa saída para conhecer outras realidades aos poucos as mulheres do Sítio Alto têm se empoderado do seu papel na sociedade de reivindicadoras por causas sociais.

A turma de alfabetização de jovens e adultos do MOVA-Brasil em 2013 possuía 20 mulheres e 08 homens. Elas possuíam a faixa etária entre 20 e 40 anos, sendo que nunca haviam frequentado uma Escola, todas eram casadas e possuíam filhos, a maioria mais de 04 crianças. Dentro da metodologia utilizada nas aulas, havia o estudo da realidade e história de vida de cada um, assim como também elas eram instigadas a discutir questões de gênero, cultura e a forma como a sociedade local vinha se organizando. Nesse sentido, passaram a discutir sobre situações que antes eram silenciadas.

Com os cursos do PRO Jovem Campo Saberes da Terra, que visa à formação do Ensino Fundamental, as jovens mulheres que participam das aulas também são instigadas a pensarem sobre papéis sociais e a participação em cursos de artesanato, culinárias e apresentações culturais da comunidade em outras localidades tem permitido um acesso maior destas mulheres a outros espaços e a vivenciarem situações que antes não eram levadas em consideração por algumas. Essas transformações fazem parte também da construção e mudanças relacionadas à identidade do Sítio Alto, ao papel que as mulheres agora desempenham que antes não era questionado.

Existem casos em que o espaço ocupado por mulheres na comunidade gera novas perspectivas, rompendo com a invisibilidade e retomando a história passada, mas nem sempre é assim, e em tantos outros a participação feminina é precária. O relato de Andreia, que nasceu e cresceu na comunidade Sítio Alto, por exemplo, revela que as mulheres têm receio de uma participação mais efetiva nas atividades externas da comunidade. "Eu vejo uma dificuldade entre as mulheres de sair da comunidade. De fazer como Dona Josefa e viajar pelo mundo, sair de casa todo dia sem ter hora para voltar. Tomar pé do que está acontecendo lá fora" (ANDREIA, 2017).

Relatos como o de Andreia se contrapõem ao relato de outras moradoras. Andreia percebe nas mulheres da comunidade o receio em sair e deixar em segundo plano os afazeres domésticos e suas outras atividades, porém há outras mulheres na comunidade que têm participado de reuniões em outros municípios e têm participado de Congressos e Encontros Estaduais e Nacionais, substituindo Dona Josefa, quando necessário.

3.9 DE COMUNIDADE EXCLUÍDA A COMUNIDADE RECONHECIDA COMO REMANESCENTE QUILOMBOLA

Segundo Dona Josefa, os moradores do Alto pouco compareciam à cidade, isso se devia a alguns motivos: em primeiro lugar devido à renda das pessoas que era escassa e mal dava para alimentar a família. Segundo porque tinham vergonha de estar entre outras pessoas que os olhavam de forma estranha, segundo ela, e em terceiro porque somente sentiam necessidade quando precisavam ir ao hospital, isso nos últimos tempos, pois foram educados por seus antepassados a curar seus males, com chás e rezas.

Vivendo em um cenário de seca, onde tinham que buscar água no Rio dos Negros, por não haver cisternas durante muito tempo, e cercado de casas de taipa e de lona, a comunidade era associada constantemente à pobreza e abandono por parte do poder público. As doações que chegavam nem sempre eram vistas com bons olhos, pois perpetuavam essa visão de povo pobre e necessitado, o que feria o orgulho de muitos.

Dona Josefa, desde a criação da Associação de proteção dos moradores do Sítio Alto, como mencionado anteriormente, passou a participar ativamente de encontros locais, estaduais e regionais que envolviam a agricultura familiar e possíveis melhorias para as comunidades rurais, buscando em parceria com instituições como o INCRA, ENDAGRO E SASAC onde encaminhavam projetos ou inseriam a comunidade em programas existentes, garantindo algumas conquistas para a Associação.

Através dessas participações, Dona Josefa foi se tornando uma liderança fundamental para a divulgação da comunidade, segundo a mesma, quando algumas pessoas davam carona para ela chegar até o Alto, ao chegar lá, faziam menção à ideia de que eles seriam “quilombolas”.

Em 2011 chegou à comunidade o Projeto MOVA- Brasil, Inspirado no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), criado por Paulo Freire, em São Paulo, na gestão de Luiza Erundina, o projeto MOVA-Brasil procura seguir um caminho educativo que proporcione aos educandos envolvidos irem além do domínio da leitura e escrita.

Desenvolvido por meio de uma parceria entre Petrobras, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Instituto Paulo Freire (IPF), tem como finalidade promover a dignidade humana, garantindo aos indivíduos e às comunidades em que o projeto se insere a oportunidade de reconstruírem seu destino e de conquistarem o direito à cidadania plena e participativa.

A concepção de formação tida pelo MOVA considera que todas as instâncias do programa são espaços de aquisição e construção de conhecimento: a mobilização que ocorre nas organizações civis para buscar formalizar o convênio; os encontros no interior das próprias organizações; a participação nos Fóruns Regionais e Municipal do MOVA; as reuniões pedagógicas e os encontros de formação de educadores e coordenadores (SANTOS, 2007, p. 40).

No Projeto MOVA Brasil a formação se encontra intrinsecamente associada à prática cotidiana de todas as pessoas envolvidas, propiciando que os momentos que constituem a etapa do projeto correspondam a espaço de formação para os educadores, educandos e coordenadores de turma. Metodologia do processo formativo sobre a concepção metodológica do projeto Ferreira, Andrade & Kardec (2008) dizem que:

A perspectiva metodológica adotada neste projeto fundamenta-se nos princípios filosóficos-políticos-pedagógicos de Paulo Freire. A ação pedagógica se desenvolve com base na leitura do mundo do educando (a), a partir da qual se 7 identificam as situações significativas da realidade em que está inserido. Desse processo, surgem os Temas Geradores que, por sua vez, orientam a escolha dos conteúdos programáticos. O conhecimento construído no ato de educar visa à problematização da realidade e à compreensão mais profunda do mundo vivido. A partir dessa compreensão crítica, educandos (as) são estimulados (as) a planejar ações de intervenção social, assumindo-se como sujeitos da construção de realidade mais justa e humana (2008, p. 32).

Com as aulas de alfabetização do Projeto MOVA-Brasil, nas quais, a partir das histórias de vida e da leitura do mundo (identificando potencialidades e fragilidades nas dimensões ambiental, social, econômica, política e cultural), os moradores foram se descobrindo herdeiros da cultura africana, remanescentes de ex-escravos de uma fazenda da região.

Apropriando-se das legislações brasileiras sobre a titulação dos territórios remanescentes de quilombos, Fernando Souza e Paulo Batista dos Santos, respectivamente, monitores das etapas do Projeto MOVA de 2012 e 2013, foram dialogando com os educandos do projeto e demais moradores do povoado, no sentido de ampliarem o entendimento sobre o que seria um quilombo.

Nas duas etapas de execução do Projeto na comunidade, as turmas contavam com um quantitativo de 25 educandos, que possuíam na época idade entre 18 e 72 anos. Eram jovens e adultos que buscavam aprender a fazer o seu nome, a ler e a escrever, visto que não frequentaram a escola regular devido as dificuldades presentes na comunidade na época. O projeto, além de alfabetizar, tinha como objetivo possibilitar que os educandos analisassem a sua realidade e valorizassem a sua história de vida.

Em algumas aulas, trabalhando com a dinâmica da história de vida, foram aparecendo relatos relacionados ao trabalho na fazenda Rio dos Negros e na fazenda Quingibe. E entre os educandos mais velhos foram aparecendo memórias associadas ao trabalho escravo nessas fazendas e as histórias contadas pelos seus antepassados.

Tal aula chamou a atenção do educador, na época Fernando, que passou a discutir como tema gerador de sua turma de alfabetização a temática escravidão. A partir daí começaram a surgir vários debates e discussões sobre a situação atual da comunidade e sua relação com o seu passado de exploração e ao mesmo tempo de abandono pelos órgãos públicos.

Como era prática do Projeto que seus educadores socializassem experiências, Fernando sistematizou as atividades de história de vida e os debates ocorridos em sala de aula e levou para o espaço de formação, onde foi incentivado a continuar debatendo sobre a questão da história da comunidade e de seus moradores. A partir de então foram sendo realizadas atividades de reconhecimento da história do local, das heranças e das trajetórias.

A dança de roda passou a ser convidada para se apresentar nas formações do projeto, ganhando cada dia mais visibilidade. Aos poucos a temática quilombola passou a fazer parte das pautas de discussão das reuniões da associação de moradores local até que o INCRA passou a conduzir o andamento do processo de reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola. A partir desse processo os moradores passam a conviver com essa realidade e a discutir questões relacionadas a esse tema.

O Projeto MOVA-Brasil esteve presente na comunidade até o ano de 2013, quando foi encaminhado junto à Fundação Palmares o pedido de análise da comunidade, a partir daí a Associação de Moradores passou a conduzir o processo. E a se relacionar cada vez mais com outras instituições, ganhando visibilidade perante a sociedade simão-diense, que passou a compreender o povo do Sítio Alto a partir de outra realidade. Não apenas a de comunidade

pobre e excluída, mas de comunidade marcada por uma trajetória histórica de sofrimento e ao mesmo tempo de expressão cultural através de sua dança de roda.



Figura 06: Educandos do Projeto Mova-Brasil em momento de socialização no projeto.

Fonte: Acervo do Projeto MOVA-Brasil Sergipe.

Em 2013, no dia 13 de maio, a liderança da comunidade, D. Josefa, e os demais moradores receberam representantes da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, que encaminhou à Fundação Cultural Palmares o pedido de reconhecimento do Sítio Alto como quilombo. Naquele momento a Comunidade ainda não entendia o desenvolvimento do processo de reconhecimento, tampouco o tempo que leva até se conseguir uma certificação e posterior titulação.

Em setembro de 2014, a comunidade recebeu a equipe do Governo Federal. Na ocasião, foi informado que em 30 dias seria encaminhado o certificado emitido pela Fundação para, posteriormente, ser iniciado o processo de delimitação do território pelo INCRA, processo que se encontra ainda em andamento no órgão.

Ao que parece a comunidade Sítio Alto, nos últimos quatro anos, tem vivenciado um processo de transformação que gira em torno dos aspectos sociais, econômicos e político. No âmbito social há uma maior participação dos moradores nas reuniões da Associação local, a

partir dos programas de transferência de renda do Governo Federal, por meio de cadastros em programas como o Bolsa Família, o povo do Alto precisa ir com maior frequência até a sede do município, assim como há um crescimento do índice de pessoas com registro civil e demais documentos pessoais como RG e CPF.

Com o autorreconhecimento e a certidão fornecida pela Fundação Palmares, há uma aparente expressão de orgulho em se identificar como morador do Auto, o que antes não era notório, além de a sociabilidade ser maior com outros grupos sociais, seja nas várias apresentações que a dança de roda realiza pelo Estado, seja por meio de visitas realizadas à comunidade por estudantes e pesquisadores interessados em coletar alguns dados ou entrevistar um deles.

Em entrevista realizada com Dona Maria dos Santos, 35 anos, nascida no Sítio Alto, esta relatou que:

Eu morava em casa de taipa com mais oito irmãos e meus pais, com um projeto do governador João Alves, houve o desmanche de casas de taipa, aí meu conseguiu uma casa e depois da aposentadoria ele ampliou um pouco mais (Entrevista realizada em 10/10/2015).

Ao ser questionada sobre a situação de terras na comunidade, Dona Maria afirma que no caso de sua família seu pai dividiu o pequeno pedaço de terra em um quarteirão para cada filho e o documento oficial (ITR) permanece em nome de seu pai.

Essa ação pode ser pensada como uma retomada do valor de seu local de origem. Pois no momento os moradores do Alto fazem questão de enfatizar seu real pertencimento. “Dona Maria brinca dizendo que hoje quem chega ao Alto parece que é até uma cidade”. Essa impressão se deve às diversas casas de alvenaria construídas no local, bem como a escola, a UBS (Unidade Básica de Saúde) e espaço de lazer.

Os índices na área da educação também têm melhorado, onde todas as crianças encontram-se matriculadas dos dois aos cinco anos de idade na creche local e os demais no Ensino Fundamental. A população local conta com jovens frequentando o ensino médio, outros já concluíram e alguns poucos estão inseridos no Ensino Superior. No ano de 2012 tiveram seu primeiro morador aprovado em uma Universidade Federal para o curso de Medicina, através do sistema de Cotas.

No aspecto econômico, a variação encontrada na atualidade está atrelada ao plantio de feijão e milho para a venda além da subsistência local. Apesar de haver poucas terras, há um trabalho conjunto com a ENDAGRO para possibilitar uma produção com qualidade. Alguns jovens hoje trabalham na sede do município em atividades diversificadas que vão desde o comércio a atividades domésticas e órgãos públicos.

Em se tratando dos aspectos políticos, a Associação de proteção dos Moradores é onde se concentram as discussões do grupo, Dona Josefa que está à frente há aproximadamente 20 anos é quem se responsabiliza por fazer “a ponte” entre as políticas afirmativas voltadas aos remanescentes quilombolas e à comunidade.

Em visita à Secretaria de Cultura do município de Simão Dias, foi possível constatar que a comunidade do Sítio Alto deixou de participar de alguns editais a nível Estadual e Federal, apenas pela ausência de assinaturas da Associação de moradores. Tal fato se deve às disputas políticas partidárias presentes no Município, que envolve discussões que vão da cor utilizada pelos participantes nas roupas da dança de roda a quem participa de visitas na comunidade.

3.9.1 Preservando a identidade local e as memórias do Sítio Alto

Com o objetivo de garantir a preservação da memória e fortalecimento da identidade da sociedade, a Prefeitura de Simão Dias, através da Secretaria de Educação e Cultura, e juntamente com o Departamento de Comunicação, realizou o lançamento e a exibição do documentário “*Dança de Roda do Povoado Sítio Alto*”.

O documentário foi fruto de um trabalho realizado a partir de entrevistas com moradores do Sítio Alto, que, narrando suas trajetórias de vida e associando à dança de roda, contam como se deu a origem da comunidade e sobre suas lutas diárias. A produção desse documentário possibilitou aos moradores do Município de Simão Dias conhecer um pouco sobre a trajetória desse povo e suas práticas culturais, além de ter possibilitado aos moradores que foram entrevistados expor sua forma de ver o mundo e de estabelecer suas relações.



Figura 07: Lançamento do documentário: O Sítio é Alto, mas a dança é de roda.

Fonte: Acervo de Daniela S. Silva em 20/11/2015.

Um grande número de pessoas esteve presente na Igreja da comunidade quilombola para prestigiar a solenidade, entre os próprios moradores locais, secretários, vereadores, assessores e servidores municipais, autoridades, estudantes, lideranças políticas e comunitárias, historiadores e professores.

A partir da reprodução e divulgação do documentário: “O Sítio é alto, mas a dança é de roda”, as escolas que se encontram principalmente no município de Simão Dias irão ter acesso a algumas informações sobre a comunidade Sítio Alto. Para algumas pessoas tal ação possibilita maior visibilidade à comunidade, permitindo às regiões circunvizinhas conhecer melhor e desmistificar algumas situações.

Dando visibilidade à comunidade, em julho de 2017 foi realizada abertura da Exposição “Dança de Roda” do Centro de Arte e Cultura J. Inácio, em Aracaju. O evento reuniu autoridades sergipanas, fotógrafos, movimentos ligados à cultura, além da coordenadora do Departamento de Cultura de Simão Dias, Daiane Santos. A exposição tinha como objetivo coletar dados e registros fotográficos sobre a realidade vivenciada na comunidade Sítio Alto, além de registrar as práticas presentes na dança de roda. Foram expostas 28 imagens, em retratação aos moradores da comunidade, homens e mulheres de várias idades, que se reúnem para dar voz aos seus problemas, socializando histórias e anseios.

O processo de auto reconhecimento do Sítio Alto como remanescente quilombola foi de algum modo estimulado e fortalecido pela presença do projeto MOVA- Brasil na comunidade por meio da educação de jovens e adultos, que, associado à vontade de melhoria na qualidade de vida dos moradores, se efetivou a partir do instante em que as memórias individuais das pessoas mais antigas na comunidade foram evidenciadas com o objetivo de reconstruir a história/ trajetória da comunidade, tendo como ponto de partida as lembranças que giram em torno da escravidão nas fazendas dos “Rios dos Negros e Quingibe”.

Avaliar e entender a situação social da comunidade é fundamental para compreender o que gerou na comunidade a reivindicação enquanto grupo étnico.

Atualmente o Quilombo Sítio Alto possui um memorial recém-inaugurado contando com algumas peças e fotografias que tentam retratar parte da trajetória dos moradores, sendo visitado por estudantes da Universidade Federal de Sergipe, Centro Universitário Ages e outras instituições de ensino e pesquisa.

O Estatuto da Igualdade Racial prega que “os moradores das comunidades remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral a saúde” (BRASIL,2010, p.1).

Pensando nesse aspecto tratado pelo Estatuto a comunidade ao ser reconhecida como remanescente quilombola obtém acesso a variados serviços aos quais eram desprovidos antes de obter tal status. No Sítio Alto, durante a Gestão Municipal Atual, foi reestruturado o ensino da escola local, houve a construção de uma quadra esportiva, uma Unidade Básica de Saúde, construção de casas populares e espaço para o desenvolvimento de artesanato, assim como alargamento de estradas de acesso à comunidade, possibilitando uma maior visitação à localidade.

Diante de tantas mudanças estruturais na comunidade e na vida de seus moradores, a questão quilombola entre eles ficou mais evidente estando associado a estas melhorias, e por falta de discussões mais aprofundadas entre eles fica em segundo plano a questão da identidade étnica. E, apesar das melhorias em alguns setores da comunidade, ainda fica o anseio de muitos pelo que eles idealizaram de quilombo que para eles está muito mais associado ao modelo de organização dos assentamentos do INCRA.



Figura 08: Apresentação da dança de roda na inauguração da UBS local.

Fonte: Prefeitura Municipal de Simão Dias

Se o espaço social, onde indivíduos e grupos existem por relações de diferenças, é dinâmico, estes se enfrentam com meios e fins diferenciados para a defesa de seus interesses, contribuindo para conservar ou transformar a “realidade” na qual se encontram. Assim, quer individualmente, quer coletivamente, o que está em jogo é a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas. Por isso, é importante para este trabalho compreender os discursos e forças produtivas de interpretação relacionadas ao nosso objeto de estudo, já que “o discurso [...] tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer” (BOURDIEU, 2003, p. 116).

Os remanescentes que vivem no Sítio Alto sonham em possuir lotes para plantar e casas, assim como seus vizinhos do Assentamento Oito de Outubro, tendo em vista que eles acompanharam o processo de regularização de terras deles após a luta pelo MST. É notório o quão emergencial é uma discussão acerca do que trata a propriedade coletiva dos bens, para que não haja desapontamentos futuros.

3.9.2 MST X Moradores do Sítio Alto

Como já mencionado, a Comunidade Sítio Alto faz divisa de suas terras com o Assentamento Oito de Outubro. Nesta pesquisa houve a oportunidade de ter acesso a atas de reuniões da Associação de moradores. Algumas atas possuem texto curto e trazem poucas informações, porém em outras aparecem informações consideradas importantes para compreender a dinâmica da reunião e a forma como os integrantes se comunicam e tratam determinadas informações que são dos seus interesses, principalmente quando se trata de conquistas para a localidade, como construção de cisternas e possibilidade de plantio.

A princípio pouco se fala sobre terra, território e lotes entre os moradores, visto que a Comunidade não tem como expandir territorialmente, por fazer fronteira com comunidades rurais que também se estabeleceram em seus locais há bastante tempo e os moradores possuem documentos de ITR de que são proprietários das terras, por se tratarem também de pequenos agricultores. Do outro lado há a Fazenda Rio dos Negros de onde alguns moradores do Sítio Alto são provenientes e o Assentamento Oito de Outubro regulamentado pelo INCRA desde 2000.

Após o reconhecimento dos moradores do Sítio Alto como remanescentes quilombolas em 2014, passou-se a se fazer referência ao passado de seus antepassados e a associarem sua trajetória à da fazenda Rio dos Negros, que fica vizinha à serra e é de propriedade dos herdeiros de Seu Candinho, como era conhecido o fazendeiro local.

Conta Dona Josefa que seus pais e avós viveram e trabalharam nesta fazenda, onde apanharam bastante e cantavam para espantar a dor. Quando saíram desta realidade, subiram a serra e por lá se estabeleceram.

A gente tinha o costume de sentar de noite para ouvir as histórias, naquele tempo, não tinha novela, televisão, sentava todo mundo em casa, meu pai, minha mãe, José meu irmão e os outros também. [...] meu pai contava que às vezes apanhava para trabalhar e nem sabia porque [...] Depois de um tempo acabou subindo a serra e vindo morar aqui (JOSEFA, entrevista em maio de 2016).

B. A., durante uma conversa informal, destacou que a associação de moradores havia entrado com pedido junto ao INCRA para realização de laudo antropológico e estudos arqueológicos na comunidade e região próxima, com o objetivo de reivindicar terras que são da fazenda Rio dos Negros e do Assentamento Oito de Outubro. Tais rumores fizeram com que alguns assentados percebessem no Sítio Alto certa ameaça a sua estabilidade.

Adérico Cruz, líder local do MST e um dos agentes externos que atua no Sítio Alto, ao falarmos sobre essa questão de território do Sítio Alto, defende a ideia de que

Quando surgiu o acampamento e posteriormente assentamento, se estabeleceram famílias de diferentes povoados e que viam no povo do Sítio Alto na época o mesmo que o fazendeiro via, mão de obra para trabalhar. Assim algumas pessoas do Sítio Alto descia para trabalhar com os assentados. Hoje após o reconhecimento pela Fundação Palmares, existe um olhar de respeito dos assentados para o Sítio Alto. Mas em se tratando das terras, o jeito do povo do Sítio Alto é diferente. É um povo que foi muito humilhado, se aponderaram daquelas terras e criaram raízes, apanharam muito, e tem gente que até hoje tem medo de gente ainda e olha de forma cabrêra se questionando o que é que a pessoa quer ali. Se for para conquistar terra eles não vão fechar estrada, descer a serra e ocupar. O processo deles é diferente do MST. (ADÉRICO CRUZ, 20/09/2016)

De fato, os moradores do Sítio Alto são pacatos, falam pouco, principalmente com quem não têm intimidade. Sempre com uma desconfiança para com o outro que não é do círculo deles. Durante muito tempo foram reféns de agentes externos que subiam a serra com o discurso de que iam levar benefícios, entre eles programas para adquirirem fundos para plantar, o que de fato não aconteceu até o momento, pelo fato de que os moradores em quase totalidade não possuem terras para plantar, o que dificulta a atuação de bancos e financiamentos no local.

Deste modo, quebrar o estereótipo de comunidade necessitada de caridade por parte da sociedade simaodiense torna-se um desafio. Na fala de Adérico Cruz, assim como se observa pela estrutura social do Sítio Alto, as possibilidades de conflitos por terra são remotas. E sobre a conquista de terras é provável que, se ocorrer, será através de princípios legais e determinações judiciais, caso comprovada a ligação da comunidade com as terras que pretendem obter.

Romualdo, 16 anos, estudante do segundo ano do Ensino Médio, fala com orgulho que é quilombola, fazendo referência ao passado de sua família. Faz parte do grupo jovem da dança de roda e procura, segundo ele, estar atento as coisas que vão aparecendo na comunidade e as discussões que trazem sobre o quilombo.

Maria, 16 anos, também estudante do Ensino Médio, ao assistir timidamente o lançamento do documentário sobre a comunidade no terreiro da Igreja local e ao ser questionado sobre como é viver em uma comunidade remanescente quilombola, disse que não se identifica com essa ideia e que desconhece, afirmou ter vergonha da dança de roda, que não participa, pois parece ser algo “de velhos”.

Em outros diálogos com jovens de faixas etárias diversificadas aparecem falas favoráveis à questão e outras contrárias. Há uma dicotomia muito forte e significativa entre os jovens. Estes se juntam em forma de grupos distintos onde há os que se interessam pela questão vivenciada pela comunidade e procuram se engajar ao pequeno movimento e a se interessar pelo assunto. Assim como também há a presença de um grupo que busca ser “igual” aos outros jovens das comunidades vizinhas que frequentam as mesmas festas e escolas que eles e que fazem parte de outra realidade social e cultural. E há o grupo dos que se manifestam como não se interessam pela questão e o que acontecer está bom, sem se pronunciarem a favor ou contra.

Sobre o Sítio Alto e seus moradores ainda há muito o que pesquisar e escrever. Há a necessidade de novas análises e interpretações sobre os aspectos de sua memória e sua etnicidade, visto que este trabalho não pretende esgotar o muito que se tem a se conhecer sobre essa comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as pesquisas documentais e bibliográficas, os trabalhos de campo e os conceitos empregados nesta dissertação, conclui-se que ela se apresenta como uma contribuição para o registro sobre a trajetória histórica e as memórias dos moradores da Comunidade Sítio Alto, assim como uma análise dos aspectos culturais, étnicos presentes no cotidiano dos moradores que se autorreconheceram como remanescentes quilombolas.

Cada etapa da pesquisa foi essencial para os encaminhamentos do trabalho: a escolha da técnica de pesquisa, neste caso, a etnografia, pelo fato de ter trabalhado com a memória como um componente importante na construção da identidade étnica do Sítio Alto. As leituras de Fredrik Barth, que foram imprescindíveis para ajudar na compreensão dos conceitos relacionados à etnicidade e a fronteiras étnicas; as etapas da metodologia para o processamento e a análise das entrevistas, quando do retorno do campo houve a necessidade de transcrevê-las, conferir sua fidelidade e analisar o material transcrito.

São importantes os registros etnográficos onde foi possível conhecer melhor os detalhes que fazem parte do povo do Sítio Alto durante a pesquisa de campo, conhecendo os sujeitos e suas relações.

Embora a comunidade da Sítio Alto já tenha sido identificada na demarcação do censo da Fundação Palmares, ainda não foi reconhecida com a titulação e definição de suas terras, o processo encontra-se aberto junto ao INCRA.

No início desta pesquisa foi observado que as pessoas que residem na comunidade Sítio Alto, conhecidas externamente como “remanescentes dos quilombos”, não se reconheciam enquanto quilombolas. Porém, algumas pessoas de fora da comunidade consideram que esse grupo possui determinadas especificidades, que fazem com que este seja distinguido de uma forma especial na região de Simão Dias.

Os moradores do Sítio Alto hoje estão vivendo em um processo de construção identitária: eles têm consciência de que descendem diretamente de ex-escravos trabalhadores da fazenda Rio dos Negros, e sua característica comum está ligada ao desenvolvimento de práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida, através da dança de

roda, através dos relatos dos moradores mais velhos e através da construção de lugares portadores de memória na comunidade, a exemplo do memorial local e a preservação da árvore “coração de negro”.

A ausência de ideologia relacionada aos movimentos de lutas e resistências negros não aparece nas falas dos moradores, com exceção de Dona Josefa, líder local, que, por participar de muitas reuniões com o movimento quilombola no Estado de Sergipe, parece ter absorvido alguns elementos ideológicos em seu discurso, mas que ainda não é algo presente entre um grupo na comunidade.

Essa ausência de disputa por terras na trajetória histórica dos moradores dificulta o diálogo sobre como irão adquirir mais autonomia financeira no local para a subsistência das famílias sem ter que os mais jovens migrarem para a cidade para trabalhar ou até mesmo irem embora, visto que sem a terra os moradores que possuem quantidade suficiente ficam atrelados apenas aos programas sociais que são oferecidos, como o Bolsa Família e a promessa de receberem cestas básicas.

Ao estabelecer uma comparação da realidade do Sítio Alto com a trajetória de luta de algumas outras comunidades que se autodeclaram também como remanescentes quilombolas é como se enquanto a maioria das comunidades possui um histórico de lutas, conflitos e forte tradição cultural negra no caso do Sítio Alto, isso não tem acontecido com tanta ênfase, pois a comunidade se apresenta em suas características como uma comunidade rural, sem antecedentes de lutas com seus vizinhos ou com o Estado.

Traçar a trajetória histórica da comunidade é algo que exige um estudo minucioso, principalmente porque não há uma linhagem clara de parentesco entre eles anterior à ocupação da serra. Nos relatos percebe-se que muitos moradores foram chegando de lugares variados, buscando um local para viver por estarem fugindo de algo, seja da guerra ou de condições ainda mais precárias de vida. O parentesco que existe atualmente é fruto de relações recentes entre eles.

A Secretaria Municipal de Educação tem atuado na Comunidade através da escola local, buscando fortalecer a ideia de identidade, patrimônio e preservação de memória, por meio de palestras e atividades desenvolvidas com as crianças. Já a Secretaria Municipal de Serviços e fortalecimento de vínculos leva para a comunidade cursos de artesanato para envolver principalmente as mulheres e criar possibilidades de sustento local. Mas as ações, apesar de

presentes na atualidade, ainda são tímidas se considerar três séculos de descaso e abandono por parte do poder público que praticamente não atuava na localidade.

Outro ponto a ser destacado sobre o Sítio Alto é a forma como a sua juventude vem encarando as mudanças ocorridas nos últimos dois anos com a conquista do reconhecimento. Com o acesso à prestação de serviços básicos ofertados pelo poder público municipal nos últimos anos, assim como o acesso à escola até o Ensino Médio, os jovens da comunidade têm vivenciado uma realidade distinta da que seus pais vivenciaram, posto que as casas em que moram em sua maioria não são mais de taipas, não vivem mais tão isolados de outras realidades como antes e possuem acesso à internet.

A questão da identidade quilombola é algo que entre esses jovens possivelmente só será aflorado com o passar do tempo, à medida que a comunidade for ressignificando práticas culturais, políticas e sociais.

Nem todos da Comunidade compactuam dos mesmos ideais. Há os que defendem e criam mecanismos de luta, há os que não se posicionam, os que não se importam e os que desconhecem o assunto.

Nem todos se sentem pertencentes ao movimento social criado na comunidade para a luta pelo direito de propriedade e acesso às políticas públicas de ações afirmativas. Nesse sentido, pensa-se na identidade como permeado de contrastes e que a construção da identidade quilombola do Sítio Alto será realizada aos poucos conforme suas práticas e a vida social que seus integrantes estabelecem.

Para Barth (1998, p.11), “as identidades individuais ou coletivas são construídas e transformadas na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e de inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que integram ou não”.

Deste modo, a Comunidade apresenta um cenário em que há a necessidade de se compreender como os moradores se enxergam, o que valorizam e como estão absorvendo as mudanças, as discussões, as questões que estão sendo levantadas e a forma como agentes externos têm interferido diariamente no cotidiano.

Barth (1998) discute também sobre a questão do reconhecimento do grupo, e que “o que significa ser membro de um grupo nunca se torna objeto de consenso e que as definições de

pertença estão sempre sujeitas a contestação e a redefinição por parte de segmentos diferentes do grupo”.

As relações entre os grupos que constituem a comunidade apesar de diferentes posicionamentos são pacíficas, e entre eles prevalece a ideia de que pertencem ao grupo todos os que fazem parte do Sítio Alto. É uma sensação aparente de confusão, e ao mesmo tempo um jogo de interesses que permeiam os grupos de idosos, jovens, associados à Associação Comunitária e lideranças locais.

Como já discutido, a questão política partidária presente na comunidade faz com que alguns moradores encarem as discussões sobre a comunidade ser quilombola como mais uma estratégia política, apesar de este reconhecimento já ser concretizado. A constante presença do poder público municipal nos eventos proporcionados na comunidade nos últimos dois anos é vista por alguns como positivo, pois a presença do gestor do gestor municipal é vista como uma forma de atenção dispensada a eles. Já para o grupo rival, é tido como um aproveitamento da situação atual da comunidade que tem sido visitada constantemente e as pessoas externas assim possam perceber a atuação do gestor na comunidade, servindo como marketing eleitoral, o que faria do Sítio Alto mais uma vez uma espécie de “curral eleitoral” para os próximos pleitos eleitorais.

Há uma tentativa muito presente de levar para a comunidade atividades artesanais, em formas de cursos por parte de algumas organizações como a ENDAGRO e a SEMED, porém não é próprio da cultura local. Barth fala sobre as mudanças das práticas culturais como sendo uma realidade constante. Nesse aspecto após o reconhecimento ter acontecido foram muitas as mudanças às quais a comunidade tem sido submetida.

Nesse processo de construção e reconstrução de sua identidade, muitos ficam confusos, inseguros e o espaço de tempo ainda pode ser considerado como curto para a assimilação. Nem todos se sentem pertencentes a esta realidade. O sentimento de ter tido seus direitos negados durante muito tempo passa a ser algo presente para alguns, para outros é como se a realidade fosse aquela mesmo. Então, esse sentimento de negação de direitos ainda tímidos no movimento interno da comunidade aos poucos a partir da atuação da Associação e o empoderamento de lideranças na comunidade pode passar a ser aflorado.

A comunidade vem reconstruindo sua historicidade ao seu modo, ao mesmo tempo em que sofre as interferências de alguns agentes externos. A memória tem sido comumente

utilizada para registrar fatos considerados por eles importantes. Com a ajuda da Universidade Federal de Sergipe, através do Curso de Residência Agrária, Dona Josefa recentemente lançou um livro com registros de cantigas de roda de sua autoria e as que aprendeu com a sua mãe, assim como relatos que a mesma conta em todos os lugares em que se apresenta desde a história da comunidade confundida em suas memórias com a sua própria história de vida até as brincadeiras vivenciadas pelos moradores, como apelidos colocados uns aos outros e a forma como era tratada pelas comunidades vizinhas. Apesar dessas iniciativas a questão quilombola ainda é algo tímido entre os moradores, que estão aprendendo aos poucos a lidar com a situação, empoderando-se dos seus direitos e ressignificando suas memórias e práticas, que passam a ganhar outros sentidos.

A constante ida de pessoas realizar visitas, fazer perguntas tem incomodado os moradores, que se sentem observados por muitos. Por outro lado, tem dado visibilidade à comunidade e estabelecido relações externas com Instituições de Ensino Superior e com várias organizações culturais e sociais.

Embora o autorreconhecimento possa ser associado às estratégias de acesso de comunidades remanescentes quilombolas às políticas públicas empreendidas pelo Estado, é importante destacar que o autorreconhecimento possibilita um aumento na autoestima desses grupos, ao poderem se expressar conforme seu modo de viver, adquirindo garantias legais da manutenção de sua existência cultural e étnica.

O processo de autoidentificação como remanescente quilombola tem modificado a maneira de os moradores se perceberem e se compreenderem, nesse processo de se analisarem constantemente e de participarem mais ativamente de outros movimentos sociais, a identidade local tem sido valorizada através de estratégias como o registro das memórias por meio dos documentários que surgiram sobre a comunidade, além dos registros das cantigas da dança de roda por Dona Josefa, que será publicado em forma de livro com o incentivo da Prefeitura Municipal.

Durante as fases da pesquisa de campo, através das entrevistas realizadas com os moradores do Sítio Alto, foi destacado que a questão quilombola surgiu na comunidade a partir da atuação de grupos externos, como a atuação do Projeto Mova- Brasil, a Endagro, a ASA, que a partir de atividades e encontros realizados na comunidade foram trazendo discussões que permitiram à comunidade chegar à conclusão sobre sua origem quilombola.

As mulheres a partir do processo de autorreconhecimento tornaram-se mais ativas e participativas em agendas fora da comunidade, havendo o Empoderamento feminino, mudando suas práticas cotidianas e incorporando a luta por seus direitos e pelos direitos da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristóvão; SANTANA, Aline Cristine. Identidade Quilombola e reconhecimento étnico: uma abordagem conceitual dos estudos culturais em comunicação. In: INTERCOM SUL, 01, 2012, Chapecó. **Anais**. Chapecó: Recurso Eletrônico, 2012. p. 1 - 10.

ARRUTI, José Mauricio. **A emergência dos remanescentes: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. Mana (OnLine). 1997, vol. 3, n. 2.

_____. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.

ASSUNÇÃO, Luiz. **Jatobá: ancestralidade negra e identidade**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

BARCELLOS, Daysy M. **Comunidade negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2004.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **teorias da Etnicidade**. Poutignat, Philippe; Jocelyne Streiff- fenart. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: fundação Editora da UNESP, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Da igualdade ao multiculturalismo**. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOMFIM, Wellington de Jesus. **Identidade, memória e narrativas na Dança de São Gonçalo do povoado Mussuca (SE)**. 1ª. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.1988**. Brasília. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2015, 35 ed.

BRASIL. 2003. **Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003**.

BRASIL. Secretaria de Políticas Especiais de Promoção à Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola, 2004.

BRASIL. **Guia de políticas sociais quilombolas**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social, 2009.

CALHEIROS, F. P; Stadtler, H. H. C. **Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras**. Katál, Florianópolis, v. 13, n. 01, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARDOSO, Hamilton. **“O Quilombo de cada um”** Folhetim, Folha de São Paulo, 22/12/1981, p.3-4.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com Aspas**. São Paulo: COSAFNAIFY, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986

CARVALHO, José Jorge de (org.) **O Quilombo do Rio das Rãs: Histórias, tradições e lutas**. Salvador, CEAD/EDUFBA, 1996.

DEUS, Lia Maria dos Santos. Mulheres negras e empoderamento. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (Orgs.). **Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. Série O Direito Achado na Rua, vol. 5. Brasília: CEAD, FUB, 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES. Heloísa. Temporalidade e subjetividade. In: FERNANDES, Heloisa (org.). **Tempo do desejo: Sociologia e Psicanálise**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. **Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro, Maia e Schmidt, 1933.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2002.

HALL, Stuart. “A questão multicultural”. In: **Da Diáspora**. Belo Horizonte, Humanitas, 2003.

HALBWACHS, M., et al. **A memória coletiva**. São Paulo: Edição Vértice, 1990.

LEAL, L. A. M. **Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs**. Revista Linguagem, edição 18, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MARCON, Frank. BONFIM, Welington. Processos identitários e a comunidade Quilombola Luziense. **Revista Ambivalências**, v. 4, n. 07, p. 134-154, 2016.

MATTOS, Hebe e Abreu Martha. “Remanescentes das comunidades dos quilombos: Memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação”. **Iberoamericana**, Madri. n. 42, 2011, pp. 147-160.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 20/1984. P. 33. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro&pesq=identidade%20cultural%20e%20patrimonio%20arqueologico>. Acesso em 09/05/2017.

MUNANGA, k. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, SP, n.º 28, 1996.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Etnicidade e Lutas Sociais no campo no Brasil Contemporâneo: um estudo de caso. **Revista Ambivalências**, v. 4, n. 07, p. 68-86, 2016.

NEVES, Paulo S. C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, outubro ano/vol. 20, número 059. São Paulo. PP. 81 a 96. 2005.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) **Quilombos. Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro, FGV/ABA, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: OLIVEIRA, R.C. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Editora Pioneira, 1976, p.1-31.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol.2, num 3,1989.

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA - Brasília: Versões 2005 e 2010.

SANTANA, Regina Norma de Azevedo. **Mussuca: por uma arqueologia de um território negro em Sergipe D'El Rey**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

Santos, Nivalda Batista. **Resistência e desafios na garantia da posse da terra na comunidade quilombola de Mocambo no município de Porto da Folha – SE**. Dissertação (mestrado). Fortaleza: UFC, 2014.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: Ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Editora 34, 2005.

SILVA, Valdélcio Santos. **Do Mocambo de Pau Pedro ao Rio das Rãs. Liberdade e escravidão na construção da identidade negra de um quilombo contemporâneo**. Salvador. UFBA, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Salvador: UFBA, 1997.

VERAN, JEAN- François. **Rio das Rãs. Memória de uma comunidade remanescente de Quilombo**. Revista Afro- Ásia.1998.